

# POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - e-mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)



José Luís  
Moreira da Silva

## Editorial

### QUE SE LIXEM OS PORTUGUESES!

As contas públicas de 2006 terminaram com um défice de apenas 3,9%, contra os 4,6% esperados e previstos no OE 2006.

Está de facto de parabéns o Governo! Menos 0,7% de défice do que o esperado foi obra.

Estão de parabéns os Portugueses! Fomos todos nós que sofremos para conseguir esses 0,7% a menos.

Esses 0,7% custaram pelo menos 100 mil desempregados, custaram a quebra de confiança dos investidores, o fecho de várias fábricas de multinacionais, uma subida de 2% no IVA e subidas no IRS, em números que tornam Portugal o País com maior carga fiscal.

Esses 0,7% custaram maiores dificuldades para os reformados e pensionistas, para os deficientes, em geral para todas as classes sociais mais desfavorecidas.

Esses 0,7% mais foram obtidos com o esforço principal da classe média, a acrescer ao aumento da taxa dos empréstimos à habitação e ao consumo, a acrescer à diminuição dos benefícios sociais, ao aumento de impostos e à diminuição do poder de compra.

Esses 0,7% devem-se também às Autarquias Locais que não puderam realizar investimentos ou apoiar os mais desfavorecidos. Devem-se à Regiões Autónomas – principalmente a Madeira – que contribuíram de sobremaneira com a redução de verbas do OE.

O esforço foi colectivo. Foi de todos os Portugueses que sentiram em cada dia e, principalmente, no fim de cada mês, a contenção orçamental.

É, por isso, que, antes de começar a festa, se deve ter respeito pelo sofrimento. Dos Portugueses e do País!

Portugal voltou a crescer menos que a média da UE.

O nosso atraso, atrasou-se ainda mais...

Não há investimento público, nem privado.

É que esses 0,7% a mais não se fizeram com cortes naquilo que todos concordam – os gastos sem sentido e inúteis do Estado. Fizeram-se onde era mais fácil: o investimento produtivo que não se fez!

O crescimento de Portugal parou, regrediu.

Por tudo isto é necessário perguntar: valem a pena estes 0,7% a mais? Não se podia ter esperado mais 1 ano? (Como previsto pelo Governo e aceite pela UE!)

Que ganhou Portugal? Que ganharam os Portugueses?

O Governo veio rejeitar a antecipação da correcção do défice para 3%, limitando-se a propor 3,3% para 2008! E porque a UE o impôs! Não seria possível já 3% em 2008!?

O Governo veio também dizer que não era o momento para dar uma prenda a todos os Portugueses. Aqueles que fizeram os 0,7% a mais...

Pelo contrário, o Governo afirma que vai impôr ainda mais sacrifícios.

O PSD bem propõe uma ligeira redução dos impostos! Sócrates diz que não!

Que pretende o Governo? Esperar pelo ano de eleições!? Fazer em 2009 o que já podia fazer em 2008 (e já em 2007!).

Esta atitude de Sócrates reflecte a sua maneira de estar no Governo: Só ele interessa! Os Portugueses “que se lixem”!

## Debate Mensal com o Primeiro-Ministro



mercado pela arrogância,  
inverdades e irresponsabilidade  
demagógica de Sócrates

### Destaques:

“Não é pela repetição de uma mentira  
que ela se transforma em verdade!”

Em “Debate Mensal”

Carmona Rodrigues contra a Ota e o fecho da Portela, defende  
“aprofundamento dos estudos”, como o fez como MOP

Em “Notícias Locais”

«O Ministro da Saúde faltou à verdade quando referiu  
publicamente que o encerramento dos SAP fazia parte da  
Reestruturação da Rede de Urgências»

Ana Manso em “Parlamento”

# O Presidente do PSD no debate mensal com o Primeiro-ministro

## Comentário de abertura

A reunião plenária da Assembleia da República do passado dia 21 Março, foi marcada pelo debate mensal do PM com o Parlamento. O tema escolhido por Sócrates foi o da alegada “Consolidação das contas públicas” – e dizemos “alegada” com intenção, porque, conforme o nosso Presidente demonstraria, para “consolidar” falta muito; e por melhores caminhos.

Podemos dizer, a abrir, que o ponto mais saliente de todo o debate foi a truculência (habitual) ao longo da intervenção de Sócrates, que revela, subjacente ao seu discurso formal, um desdém, senão um desprezo, pelos seus pares, que no íntimo considera inferiores e não merecedoras daquilo que interiormente entenderá como uma “perda de tempo”.

Esta arrogância, apresentada pela máquina de propaganda do PM, como manifestação de autoridade e de superioridade de posicionamento técnico-político, é merecedora de um processo de análise e construção de um “profiling” pode dar, certamente, resultados dignos de sérias preocupações.

Diga-se, «en passant», que até Marcelo Rebelo de Sousa, velha raposa do comentário, se «esquece» – as aspas ficam... – que é fácil ganhar (aparentemente) um debate, quando se tem um avanço de 20 minutos para expor as próprias ideias; os adversários principais só têm duas oportunidades de perguntas, com réplicas; e a réplica final – sem direito a resposta – pertence ao PM, que pode guardar para o fim argumentos especiosos, “ad hominem” ou pseudo-técnicos, sem receio de contraditório.

- Povo Livre

## A sessão e o Debate

Na sessão, usaram da palavra, a diverso título, além do Primeiro-ministro que introduziu o debate, os Srs. Deputados Luís Marques Mendes e Pedro Santana Lopes (PSD), Afonso Candal (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Diogo Feio (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Heloísa Apolónia (Os Verdes), Rosário Cardoso Águas (PSD), José Junqueiro (PS), Honório Novo (PCP), Teresa Caeiro e Pedro Mota Soares (CDS-PP), Miguel Frasquilho (PSD) e Victor Baptista (PS).

O debate começou às 15 horas e



15 minutos e terminou às 19 horas e 10 minutos.

O sr. Primeiro-ministro abriu o debate afirmando que 3,9 foi o valor do défice orçamental em 2006 e daí em diante elaborou uma complexa argumentação sobre o significado altamente positivo desse número. Depois, virou toda a sua artilharia, como vai sendo hábito, contra o nosso líder, Marques Mendes, a propósito da sugestão deste, sobre uma eventual baixa de alguns encargos fiscais, para favorecer a animação da economia e a criação de mais postos de trabalho.

Como habitualmente, aproximou-se perigosamente da linha de demarcação entre o debate político e ausência de cortesia (para não utilizar um termo mais vernáculo...).

Marques Mendes, na sua primeira intervenção, disse:

«Segundo os dados agora revelados pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano que há pouco terminou, o valor do défice ficou-se pelos 3,9% do produto nacional bruto. Desta forma, o défice, que o Governo já tinha conseguido reduzir em 2005 dos projectados 6,83% para 6%, baixou agora, de novo, de 6% para 3,9%.»

Estava dado o tom e até ao fim foram dados números, sem que uma única vez fosse abordado o assunto mais importante: o crescimento da economia, que apresenta um ritmo inferior ao de todo o resto da União

Europeia, tornando-nos cada vez mais pobres em relação aos nossos parceiros. Também nunca foram abordadas as verdadeiras receitas extraordinárias, que Sócrates tinha jurado nunca utilizar, classificando-as (na altura), como “truques”,,

Quando terminou, falou Luís Marques Mendes, que disse:

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-ministro, o resultado alcançado no défice orçamental de 2006 é um resultado positivo, mas não vale a pena «embandeirar em arco» porque este resultado foi alcançado sobretudo à custa de um corte enorme no investimento público e de um aumento de impostos, ambos penalizando as pessoas e a economia.

O investimento público teve, em 2006, um corte enorme, ou seja, cerca de 15%, 19%, mesmo em relação ao orçamentado. Estamos a falar do investimento que é reprodutivo, que cria riqueza, aquele onde não devia ter havido cortes.

O aumento dos impostos, esse é o que os portugueses já todos perceberam. No espaço destes dois anos, em média, cada português está a pagar mais 330 euros de impostos, relativamente ao que pagava dois anos antes. Esta é a carga fiscal mais elevada de sempre. Ou seja, cortou-se no investimento público, que ajuda a criar riqueza, e aumentaram-se os impostos, o que penaliza a criação de riqueza e ajuda ao aumento do

desemprego.

Só não se cortou onde se devia ter cortado: na despesa corrente primária!

(protestos do PS, Marques Mendes continua): Ai, não! O Sr. Primeiro-Ministro bem pode fazer a habilidade de a comparar com o PIB. Se o PIB cresce, evidentemente, há aqui uma ligeira descida.

Mas o importante é a despesa corrente primária de um ano para o outro. E a despesa corrente primária cresceu. Segundo a óptica de caixa, que são os únicos dados conhecidos, a despesa corrente primária cresceu 2% — não só não diminui como até aumentou — e no subsector Estado, aquele que depende directamente do Governo, até cresceu, de um ano para o outro, 2,4%. Ou seja, o caminho seguido não é um caminho correcto e não é um caminho sustentado!

Verdadeiramente, o défice foi reduzido à custa de menos investimento público, que ajuda a criar riqueza, à custa de mais impostos e não à custa da despesa corrente primária do Estado. Ou seja, foi reduzido à custa de menos economia, de menos investimento, de menos riqueza e de mais desemprego. Esta é a verdade!

Ora, quando o caminho é errado há sempre um preço a pagar e, neste caso, esse preço paga-se na economia. A «factura» está à vista! É por isso que hoje temos o pior crescimento



económico dos 27 países da União Europeia; é por isso que hoje ainda estamos mais longe e mais afastados da Europa; é por isso que hoje temos menos investimento e menos criação de riqueza; é por isso que hoje baixou o poder de compra dos portugueses; e é por isso que hoje, para além da dívida pública, do défice externo — e aquilo que diz muito aos cidadãos —, temos a taxa de desemprego mais alta dos últimos 20 anos!

Esta é a realidade «nua e crua».

Por isso, o Sr. Primeiro-ministro gaba-se aqui do resultado alcançado, mas, em boa verdade, os grandes obreiros deste resultado são os desempregados, os reformados, os deficientes, as empresas, os trabalhadores, isto é, são todos aqueles que pagam mais impostos do que pagavam e que sofrem as consequências do estado da nossa economia. Foi à custa deles que este resultado foi alcançado!

Consideremos uma descida gradual dos impostos no futuro imediato...

Consideremos os efeitos de uma descida gradual dos impostos: IVA e IRC, feita em duas fases, como já propus.

Esta descida é gradual, porque é feita em duas fases, é absolutamente necessária. É necessária, em primeiro lugar, para reanimar a economia, para estimular o investimento, para criar riqueza e para criar emprego.

Em segundo lugar, esta descida é possível. Há hoje, ao contrário do que acontecia em Setembro, condições financeiras e orçamentais para fazê-la.

Em terceiro lugar, é uma descida virtuosa porque obriga o Estado a ser mais exigente e a ter «mão mais pesada» no corte daquele que é o problema-chave, a despesa corrente primária, ao mesmo tempo que contribui para reanimar a economia ajudar a combater o desemprego.

É ainda deste lado, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe vou fazer uma

proposta totalmente coerente. Há dois anos votámos contra o aumento de impostos, não viabilizámos o Orçamento do Estado sobretudo por essa razão, e sempre dissemos que na primeira oportunidade aí estaríamos a propor uma descida de impostos.

É esta a minha opinião e é a opinião do partido. É esta opinião que conta e é com ela que o senhor tem de ser confrontado. Esta é a verdade!

Sr. Primeiro-ministro, no País já toda a gente percebeu que é necessário uma baixa de impostos. A diferença está aqui, no que vou dizer a seguir.

Repito, vou fazer-lhe uma proposta totalmente coerente: eu e o meu partido entendemos que esta descida de impostos deve ser feita já porque é importante para a economia, para o investimento, para a criação de riqueza e para o emprego e porque obriga o Estado a ser mais exigente no corte da despesa. **O senhor, ao contrário, quer ponderar a descida de impostos mais tarde, em vésperas de eleições.** A diferença está aqui, ou seja, o meu critério é do o País, o seu é o dos calendários eleitorais!

Os portugueses ficam a saber que a «factura» é esta: por razões dos seus calendários eleitorais vão pagar a factura de as fábricas continuarem a fechar, de as empresas saírem de Portugal, de a economia estar cada vez mais afastada da Europa, devido apenas ao seu capricho de querer fazê-lo apenas em cima das eleições. A isto chama-se oportunismo!

Ainda o problema da Ota e de asneiras ainda evitáveis!

Finalmente, vamos à questão da Ota.

Quero começar por abordar a questão da Ota referindo o Sr. Ministro das obras públicas, transportes e comunicações.

Há dias, num debate televisivo, o Sr. Ministro Mário Lino disse que em matéria da Ota era tudo muito transparente, que todos os estudos e relatórios eram conhecidos e públicos. Pois bem, nem 24 horas



depois, no dia seguinte, veio a público um relatório oficial da navegação aérea que levantava sérias objecções à Ota e que o Ministro conhecia e deliberadamente escondeu. Ou seja, o Ministro faltou à verdade! Esse é um acto gravíssimo!!

Ora, surpreende-me que esse Ministro ainda continue no Governo e ainda não tenha sido demitido, mas ainda me surpreende mais que o Sr. Primeiro-ministro pactue com um Ministro que falta deliberadamente à verdade! Isso é grave!!

Sr. Primeiro-ministro: quanto à questão de fundo, nós não fazemos desta questão uma questão partidária, pois ela é uma questão nacional! À medida que o tempo passa, já todos perceberam que a Ota não é uma solução, mas um problema. São muito maiores as dúvidas do que as certezas!!

A verdade é que a Ota é uma solução cara de mais, tem movimentos de terras a mais, tem problemas de segurança a mais, tem um prazo de vida curto demais! E ainda por cima, o que é mais grave, não tem possibilidades

de expansão e de ampliação! Então via-se construir um aeroporto com base numa solução que é cara de mais, que é demorada, que tem movimentos de terras a mais, que tem problemas de segurança e que, ainda por cima, daqui a 25 ou 30 anos não tem capacidade de ampliação?! ...

Sr. Primeiro-ministro, esta questão é séria e penso que é preciso parar para reflectir. Ouvir é um sinal de inteligência; saber ouvir é um gesto de sabedoria! Nesta matéria é indispensável, pelo menos, um consenso técnico alargado, um estudo que preveja as várias alternativas que os técnicos têm apresentado sem limitações nem condições.

Tudo isto por esta razão muito simples: este é um grande investimento. O País está farto de «elefantes brancos»!! Não se pode investir em algo que não é certo, seguro e é duvidoso!

É porque esta obra não é paga do seu bolso, do bolso do Sr. Ministro ou do meu bolso! Esta obra é paga pelos impostos de todos os portugueses!! Ora, os portugueses merecem solidez e segurança nesta resposta!





A segunda intervenção de Marques Mendes: irresponsabilidade, teimosia e demagogia no Governo

A resposta de José Sócrates pautou-se pelas habituais acusações pessoais e as suas palavras de abertura foram repetidas e glosadas em vários tons. Aqui as reproduzimos, com um breve comentário, «para se ver – como se diz em vernáculo do que a casa gasta!». Disse o Primeiro-Ministro:

«O Sr. Deputado desculpar-me-á, mas o senhor não tem autoridade política para falar nem de crescimento nem de redução do défice porque no tempo em que foi membro do governo não só não teve crescimento económico como não teve redução do défice!»

A única interpretação possível desta afirmação do Primeiro-Ministro é que. Qualquer pessoa que tenha sido membro de um Governo que tivesse tomado decisões que – na altura – pareciam certas e podem, talvez, anos depois, ser discutíveis, nunca mais pode ter afirmações sobre os mesmos assuntos, porque “no tempo em que foi membro do Governo, etc. etc”, como afirma Sócrates!

Aplicando esse peregrino critério, o sr. José Sócrates, como foi Ministro do Governo do Primeiro-Ministro Senhor Engenheiro António Guterres, que enfiou com Portugal no «Pântano» e fugiu, porque não conseguia arcar com tantas asneiras, está impedido, por toda a eternidade, de permitir que o Primeiro-Ministro José Sócrates possa defender publicamente os seus actos de gestão governamental, porque lhe pode ser, sempre, atirada à cara a frase fatal «... no tempo em que foi membro do Governo Guterres!»

Depois de repetida várias vezes esta “inteligente” dedução do Chefe do Governo – que se deve ter esquecido que estava a usar uma arma de dois gumes – o Presidente do PSD

afirmou na sua segunda oportunidade de diálogo:

O Sr. Primeiro-Ministro usou grande parte do seu discurso inicial e agora da sua resposta, para atacar o PSD, e em particular, a minha pessoa.

Percebo-o muito bem, percebo-o lindamente, Sr. Primeiro-Ministro! O senhor gostava de ter um líder do PSD que fosse dócil, mas não tem!

O senhor gostava de ter um líder do PSD que lhe viabilizasse Orçamentos, mas não tem!

O senhor precisava de ter um líder do PSD que pactuasse com o seu incumprimento da promessa de não aumentar impostos, mas não tem!

O senhor gostava de ter um líder do PSD e um PSD que fosse muleta do Governo, mas não tem!

O senhor gosta de controlar tudo, mas não controla o PSD!

Aqui faz-se oposição firme, mas responsável. Aqui não se fazem fretes ao Governo. É isso que lhe custa!!

E, à falta de argumentos, o senhor esconde-se sempre atrás de adjectivos...

Primeiro grande adjectivo: irresponsável. Olhe, Sr. Primeiro-Ministro, irresponsável é aquilo que o senhor tem vindo a fazer desde há dois anos; irresponsável foi o aumento brutal de impostos que o senhor levou a cabo e que penalizou fortemente a economia, as empresas, as fábricas e o emprego, e que fez com que, nas zonas raianas e de fronteira, a vida dos portugueses passasse para o lado de lá, para Espanha!! Isso é que é uma atitude absolutamente irresponsável!

Mais, o senhor também gosta de usar, como usou, o adjectivo oportunismo, falta de credibilidade.

Sr. Primeiro-Ministro, falta de credibilidade é aquilo que o senhor tem evidenciado ao longo destes dois últimos anos, e vou recordar-lhe: oportunismo e falta de credibilidade da sua parte é o senhor, antes das eleições, para sacar votos, prometer não aumentar os impostos e, mal apanhou os votos, tê-los aumentado logo a seguir!

Oportunismo e falta de credibilidade da sua parte é o senhor,

para sacar votos, ter dito que não ia colocar portagens nas SCUT e, logo que se apanhou com os votos, a pouco e pouco, lá foi, e vai, pondo portagens nas SCUT!

Oportunismo é o senhor ter prometido criar 150 000 postos de trabalho e, agora, o que vemos é o desemprego a aumentar!

Oportunismo também é o senhor estar a preparar-se para baixar os impostos na altura das eleições!

Isto é que é oportunismo!! E por isso acho que o senhor devia ter um pouco mais de tento na língua!

Sr. Primeiro-Ministro, ainda quanto ao défice, quero deixar duas notas. O senhor pode fazer as habilidades que quiser, mas, pelos números conhecidos, segundo a

senhor quer reduzir o défice à custa de menos economia, de menos criação de riqueza e de menos emprego. O senhor disse que vamos pelo «bom caminho», mas, Sr. Primeiro-Ministro, temos o pior crescimento económico de toda a União Europeia, quando a Europa já está em recuperação, e temos a taxa de desemprego mais alta dos últimos 20 anos!!

Isto é que são factos!

Por último, quanto à Ota, verifica-se algo de extraordinário: o facto de um Ministro faltar à verdade, publicamente, de uma forma deliberada, não tem qualquer importância...e é suportado pelo Primeiro-Ministro!!

Este é um comportamento



óptica de caixa, a despesa corrente primária, de um ano para o outro, subiu 2% — nomeadamente, no subsector Estado, subiu 2,4%. Não confunda a despesa corrente primária, em percentagem do PIB, com os dados conhecidos.

O senhor também gosta muito de se gabar de ter conseguido esse resultado sem truques e sem habilidades. O Sr. Primeiro-Ministro, com certeza que houve receitas extraordinárias, mas diferentes! O aumento de impostos não é uma medida extraordinária? Pode repetir-se?!

Então, o corte brutal no investimento público é ou não uma solução extraordinária? Claro que é! Então, o congelamento de carreiras na função pública é ou não uma solução extraordinária?

Sr. Primeiro-Ministro, há uma diferença entre nós — e este é que é o ponto essencial. Sabe qual é? O

gravíssimo!

Mais: este Governo é useiro e vezeiro na matéria, porque, ontem, veio a público, no domínio da saúde e relativamente à extinção de serviços de atendimento permanente, que havia um relatório, cuja matéria os peritos nem sequer discutiram, que foi escondido e não foi divulgado...!

Sr. Primeiro-Ministro, não é apenas grave que o senhor pactue com dois Ministros que faltaram à verdade ou não deram a informação certa; o mais grave é que, a partir de agora, os portugueses passam a desconfiar da opinião destes Ministros, a não ser que eles passem a andar acompanhados de um detector de mentiras para se saber quando é falam ou não verdade...

Ainda relativamente à Ota, nem sequer vou cometer a deselegância de invocar aqui a opinião de várias pessoas do seu partido que, hoje, publicamente, também colocam



objecções à Ota. O que me interessa é a sua opinião, pois é com ela que tenho de me confrontar.

No entanto, devo dizer-lhe o seguinte: no fundo, o senhor sabe que tenho razão, sabe que a quantidade de técnicos e especialistas que se pronunciam sobre esta matéria avoluma as dúvidas e as incertezas. O senhor sabe que não somos um país rico, que não podemos esbanjar recursos. O senhor sabe que gastar neste investimento significa não gastar noutra. O senhor sabe muito bem que somos um país com uma grande tradição de «elefantes brancos».

Ainda há tempo para pensar e para decidir, mas decidir bem, sem teimosia e sem precipitação. O que o senhor está a fazer nesta questão da Ota não é um serviço ao País, é uma teimosia, é tentar satisfazer um capricho seu à custa dos portugueses, e isso não está certo!!

Deixo-lhe uma última nota: ouça também o bom senso! O seu ex-ministro Campos e Cunha, há dias, dizia publicamente, o seguinte: «...Se este aeroporto tem sido construído no tempo em que o Dr. Sá Carneiro ou o Dr. Mário Soares eram Primeiros-Ministros, estava agora esgotada a sua capacidade. E como não tem capacidade de ampliação, o que iríamos fazer?

O senhor não acha que esta opinião e muitas outras são de elementar bom senso? O senhor é surdo perante tudo isto?

O que lhe proponho é que não façamos desta uma questão de combate partidário.

Há tempo para estudar, mas, acima de tudo, Sr. Primeiro-Ministro, há necessidade de dar aos portugueses uma resposta eficaz, porque, neste momento, não só não há qualquer consenso técnico, como há uma divergência, e cada vez mais, uma teimosia da sua parte. Só que o problema não é seu, é de Portugal; são os portugueses que têm de pagar e que por isso, merecem uma solução melhor!

Em defesa da Honra

Na sua última resposta a Marques Mendes, o Primeiro-Ministro repetiu várias vezes o argumento de que o PSD, “quando Marques Mendes era Ministro” tinha aprovado a Ota, tinha lutado pela Ota, tinha decidido pela Ota. O líder social-democrata viu-se obrigado a pedir a “Defesa da Honra” e esclarecer: “Sr. Presidente, excepcionalmente, peço a palavra para defesa da honra, sobre a questão da Ota em que o Primeiro-Ministro disse um conjunto de «invernadas».

Primeiro: não é pelo Sr. Primeiro-Ministro repetir, várias vezes, uma MENTIRA, que ela se transforma em verdade!

E a mentira é esta: os governos anteriores liderados pelo PSD, nunca tiveram nos seus Programas de



Governo o objectivo de construir a Ota. Isso está claro no documento que aqui tenho comigo, é só ler. Nunca mandaram construir a Ota, nunca abriram concurso para a Ota, nunca adjudicaram a Ota. Limitaram-se a dizer que continuavam os estudos, ponto final parágrafo!!

Desiluda-se, por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro, com aquilo que diz. Os factos são os factos! O senhor não tem isso no nosso Programa de Governo, nem em qualquer decisão do Conselho de Ministros, não tem sequer — desafio-o a isso — uma única orientação pública do Primeiro-ministro de então. Ponto final parágrafo!!

O PSD não mudou de opinião! Escusa de repetir uma mentira várias vezes na esperança de que ela se transforme em verdade; e também escusa de excitar-se, porque não é por aumentar os decibéis que passa a ter mais razão!

Nesta matéria, de facto, o senhor não tem razão!!

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor está teimoso nesta matéria, o senhor quer resolver um problema do Governo à custa do dinheiro dos portugueses. Não venha a dizer que está tudo esclarecido, porque não

está!!

Primeiro, há até relatórios escondidos — pelo menos um foi, vamos lá ver se há mais.

Segundo, há uma divergência técnica insanável e devo dizer-lhe, de uma forma muito simples e serena, que construir o aeroporto é uma questão política, mas a questão da localização deve ser uma questão de consenso técnico alargado, penso que só não vê isto quem não quer ver, quem é autista!!

Penso, também, que o senhor não deve ser surdo perante os técnicos, os especialistas, que dizem que devem ser estudadas melhores soluções e alternativas. Repito, o senhor não deve ser surdo perante isso, não deve ser teimoso, deve ser aberto e razoável!!

Mais, Sr. Primeiro-Ministro, o que deveria, de facto, ser feito era um estudo sem limitações, nem condições, que não fosse apenas dizer: «Olhem, estudem apenas estes dois locais». Não! Com recurso a universidades ou com recurso a outras entidades, deveria ser feito um estudo, mas sem limitações para se encontrar a melhor solução!

Por último, não faço qualquer conjunto de insinuações, mas digo

verdadeiramente, aquilo que vejo e que é que os técnicos descontam, os especialistas descontam, a maioria dos portugueses desconta... E eu perguntei e pergunto: são os interesses dos bancos financiadores ou das empresas de construção? Seguramente que não, porque há financiamento num lado e há financiamento no outro! São outros interesses?

Isso não sei, mas há uma coisa de que eu tenho a certeza: não é o interesse nacional; e o que me compete defender é o interesse nacional!!

A segunda volta de perguntas:  
Rosário Águas

A intervenção, na segunda volta, do PSD, esteve a cargo da Deputada Rosário Águas, que inquiriu:

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Primeiro-Ministro preparou este debate para «cantar a sua glória» à Assembleia da República, por atingir um défice de 3,9%.

É positivo que o tenha atingido, mas, passada essa fase de anúncio, convém baixar à realidade e à verdade dos números. Assim, gostaria de começar por uma recordatória.

A impressionável descida do défice resulta, em primeiro lugar, da farsa do défice fictício de 6,83% de 2005, **que nunca, mas nunca**, existiu.

Por outro lado, importa detalhar e analisar a decomposição desta descida do défice, porque não é indiferente — e, certamente, o Sr. Primeiro-Ministro concordará — a forma como se alcança a redução do défice.

Na verdade, é isso que nos permite distinguir aquilo que é um resultado passageiro e ocasional, de um resultado sólido e estruturante. Ora, todos sabemos que, apesar de o Sr. Primeiro-Ministro, que já hoje aqui insistiu, considerar agora apenas o peso relativo das despesas no PIB, a verdade é que o défice de 3,9% resulta essencialmente da redução de um investimento público e do aumento dos impostos, sabendo nós que, quer um quer outro, não são sustentáveis por muito mais tempo.

A verdade é que a despesa corrente primária, essa que era necessária cortar, continua a crescer, tendo aumentado 2,4% no subsector do Estado, em 2006.

O Sr. Primeiro-Ministro apresentou-nos uma reforma da Administração Pública como sendo uma prioridade do Governo para a redução da despesa. Mas a verdade é que o PRACE, até agora, ainda não passou do papel — tem sido uma miragem!

As derrapagens são permanentes e a prioridade que antes lhe era atribuída foi substituída por aquilo que entendemos ser uma preocupação, uma grande



preocupação, um verdadeiro relaxe. A prova disso é que o Sr. Ministro das Finanças já confessou publicamente que esta reforma não era essencial para reduzir o défice público, razão que explica que, até agora, os resultados do PRACE sejam zero. Aliás, fazendo minhas as palavras do Sr. Primeiro-Ministro, zero absoluto.

Não vou lembrar-lhe o **erro grosseiro** que, em nosso entender, é o Governo não fazer a revisão das funções do Estado. Vou centrar-me apenas na reforma prometida pelo Governo para lhe perguntar em concreto: sr. Primeiro-ministro, onde estão as orgânicas das micro estruturas, cujo último prazo prometido era o dia 31 de Janeiro? Onde está o novo regime de carreiras e remunerações do funcionários públicos, prometido para entrar em vigor em 31 de Dezembro de 2006?

Quanto ao novo sistema de avaliação do desempenho, os senhores disseram o que não existe do SIADAP feito pelo anterior governo, e prometeram a sua revisão até ao final de 2005. Passaram dois anos e não há qualquer proposta na Assembleia da República.

Quanto ao regime especial para o desemprego vitalício na função pública, a que os senhores chamam mobilidade, que resultados teve até agora?

Relativamente aos serviços partilhados, para além da inovadora fórmula de pretender reduzir a despesa pública através da criação de mais empresas públicas, que resultados nos

pode apresentar?

Face àquilo que tem sido a atitude e conduta do Governo em relação à reforma do Estado, o PSD não acredita que até ao final do mandato o Governo reduza de uma forma estruturante o défice público, porque as reformas estão todas por fazer e são incómodas de concretizar no momento em que se aproxima a data das eleições.

Gostava de lhe perguntar algo mais, Sr. Primeiro-Ministro. O Pacto de Estabilidade e Crescimento previa, para 2007, uma redução de 1360 milhões de euros resultante da execução do PRACE. Nesta revisão que o Sr. Primeiro-Ministro já anunciou hoje aqui, na Assembleia da República, vai também rever estes valores ou continua a acreditar neles?

Para terminar, Sr. Presidente, é legítimo perguntar ao Sr. Primeiro-ministro se considera realmente que valeu a pena exercer sobre os funcionários públicos uma política de «mata e esfolia», de lançar dúvidas, de gerar as maiores inseguranças, a maior desmotivação, para que, ao final de dois anos, tudo esteja por concretizar.!

A terceira e última volta; Miguel Frasquilho, deputado e economista

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, constatei neste debate que V. Ex.<sup>a</sup> segue com atenção o que publico na imprensa (o que registo) e, portanto, não se espantará que lhe venha falar de um tema que defendo há vários anos, que é o da

competitividade fiscal, mas que o Sr. Primeiro-Ministro ignora e desdenha, infelizmente para o País.

Não é o único factor de competitividade — sabemos-lo bem —, mas tem vindo a ganhar uma importância crescente internacionalmente, e isso não pode ser ignorado.

Este é o tempo adequado para falarmos deste assunto, porque os resultados conhecidos sobre as contas públicas em 2006, e que apresentam uma mais rápida redução de défice do que o previsto, permitem concluir, desde logo, que o brutal aumento de impostos decidido por este Governo em 2005, a que o PSD se opôs, não teria sido necessário e poderia ter sido evitado — como, aliás, o Secretário de Estado do Orçamento do seu Governo já concluiu. E essa opção política que o Sr. Primeiro-Ministro tomou teve um impacto muito negativo na nossa economia.

O resultado agora conhecido vem mostrar que a proposta apresentada pelo PSD de redução gradual do IRC e do IVA é financeiramente exequível, sem colocar em causa o rigor do lado da despesa — além de necessária, porque obrigaria a que, de facto, do lado da despesa corrente, esse rigor fosse materializado, o que ainda não aconteceu —, e é também economicamente muitíssimo importante.

Vou concentrar-me nesta vertente, a vertente económica.

Sr. Primeiro-Ministro, no que toca ao IRC, tão importante para a atracção de investimento, de empresas, de criação de emprego e mesmo de progresso tecnológico, Portugal compara-se muito mal com os países do leste da Europa que aderiram em 2004 e, agora, em 2007 à União Europeia.

A nossa taxa de IRC é de 27,5%, se contarmos com a derrama municipal, enquanto que no leste da Europa, em média, é de 19,5%. Aliás, ainda na semana passada, a Alemanha anunciou uma descida do IRC em 8,6 pontos percentuais, ou seja, uma descida muito superior à que o PSD apresentou. E tal descida foi justificada por razões de competitividade.

E sr. Primeiro-Ministro, que dizer do IVA? Em relação ao IVA, a comparação mais relevante a fazer é com os nossos vizinhos espanhóis. E porque? Porque é com eles que temos fronteira. Ora, em Espanha a taxa standard de IVA é de 16%, cinco pontos mais baixa do que a nossa. E esta situação, que já era negativa, agravou-se em 2005, quando os senhores aumen-taram o IVA em dois pontos percentuais.

O Sr. Primeiro-Ministro pode preferir não falar no assunto, mas sabe o que é que está a acontecer nas regiões fronteiriças, que já chega a

mais de metade do território nacional. A vida económica está a passar-se para o lado de Espanha. Mesmo em centros como Guarda, Bragança, Viana do Castelo, Viseu, Évora, ou até mesmo no Porto, para só citar alguns exemplos, é isto que está a suceder. E, em algumas destas localidades, as que se situam mais próximas da fronteira, a situação atinge mesmo foros dramáticos.

Sabe o que se passa, Sr. Primeiro-Ministro? Vou dizer-lhe, porque o constatei: já não são os portugueses que vão comprar os produtos a Espanha, são os espanhóis que vêm vender a Portugal. Até a diferença da hora joga a favor dos espanhóis — e, claro, que eles aproveitam! Atravessam a fronteira bem cedo (quando são 7 horas da manhã em Portugal são 8 horas da manhã em Espanha), vendem os seus produtos e, às nossas 9 horas da manhã (10 horas em Espanha), quando os nossos comerciantes e os nossos estabelecimentos abrem as portas, os espanhóis já venderam tudo e foram-se embora. E os nossos comerciantes ficam com as lojas vazias de consumidores e com tudo por vender...

Ora, isto começou a passar-se há cerca de ano e meio, e tem vindo a agravar-se, em especial quando os senhores aumentaram o IVA para 21%, cinco pontos desfavoráveis a Portugal. Sr. Primeiro-Ministro, isto está a liquidar a nossa economia, a fazer disparar o desemprego, não se compreendendo a inacção do Governo quando existe uma margem financeira — repito que não coloca em causa o rigor que é necessário nas contas públicas — mais do que suficiente para reverter este estado de coisas.

Prove, Sr. Primeiro-Ministro, que se preocupa com a economia e aceite o repto do PSD: diminua a carga fiscal, seja mais exigente na despesa corrente (é o que defendemos) e relance, por esta via, a economia. Caso contrário, são as famílias, as empresas e o emprego que continuarão a ser fustigados.

É este o repto que lhe lanço de forma muito sincera, Sr. Primeiro-Ministro. **Gostava que V. Ex.<sup>a</sup> o aceitasse agora e não que, mais próximo das eleições, viesse aqui propor, por motivos eleitoristas, a descida de impostos.** Lanço-lhe, portanto, este repto de forma sincera e séria.»

\*\*\*\*\*

Assim terminou o debate, do qual deixamos aqui os momentos mais importantes para o nosso Partido, já que a Comunicação Social, na generalidade, deixa lacunas graves no que o nosso Partido diz e sustenta, resultando numa opinião pública “fabricada” ao sabor dos textos e palavras escolhidos. ... - **Povo Livre**



## Intervenção sobre a Requalificação da Rede de Urgências

Deputada Ana Manso  
Assembleia da República, 22 de Março de 2007

(...)

Nas suas grandes linhas, um preconiza a suspensão do processo de encerramento de urgências e o outro pretende que a requalificação dessas urgências seja precedida do indispensável reforço prévio de meios.

(...)

De facto, da mesma forma que o Ministro da Saúde não seguiu os critérios da Comissão Técnica do encerramento das Maternidades e agora deixou de seguir as conclusões do Relatório da Comissão do encerramento das Urgências, é evidente que também não vai acolher as recomendações preconizadas nos dois Projectos de Resolução hoje em discussão.

O Governo imporá ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista o voto contra e o PS chumbará, ordeira e disciplinadamente, as duas iniciativas.

Não surpreende que assim seja.

O que é verdadeiramente grave é que o Ministro da Saúde faltou à verdade quando referiu publicamente que o encerramento dos SAP fazia parte da Proposta de Reestruturação da Rede de Urgências, sendo certo que alguém deu indicações para serem retiradas as páginas 22 e 23 da mesma Proposta de Reestruturação, que dizem exactamente o contrário.

Ora, isso foi formal e categoricamente desmentido pelo Presidente da Comissão Técnica quando este afirmou que o encerramento dos SAP nunca fez parte das recomendações do referido estudo.

Esta questão é da maior gravidade e exige a presença e o esclarecimento imediatos do Ministro da Saúde neste Parlamento.

Aliás, o Ministro da Saúde já deveria, ele próprio, ter tomado a iniciativa de prestar os esclarecimentos que se impõem.

Não o tendo feito, o Grupo Parlamentar do PSD apresentará hoje mesmo um requerimento a exigir a sua presença na Comissão de Saúde, bem como uma nova audição do Presidente da Comissão Técnica.

Se essa clarificação não for adequadamente feita, desde já que fique claro que avançaremos, se necessário, para a realização de um inquérito parlamentar que tudo esclareça.

Não aceitamos que Ministros possam faltar à verdade em matérias destas e muito menos que se trate de modo menos sério a saúde dos Portugueses. Levaremos este esclarecimento até às últimas consequências.



A verdade, Senhoras e Senhores Deputados, é que o Governo não ouve, finge que pratica o diálogo quando a isso é obrigado e a imagem que quer dar esconde, na prática, a atitude que verdadeiramente apresenta: arrogância e prepotência, quando não a mentira.

Isso, os portugueses já vão percebendo.

É evidente que o Ministro da Saúde, obrigado pelos receios e pelos custos políticos que as manifestações populares de Norte a Sul do País poderiam provocar, foi obrigado a recuar, celebrando Protocolos com algumas das Autarquias Locais afectadas pelos encerramentos de serviços.

E não se diga que assim não é.

Com efeito, o Ministro da Saúde, em Setembro de 2006, escreveu que as primeiras requalificações dos serviços de urgência seriam executadas no início de 2007. Ou seja já deveriam ter sido executadas.

De resto, o sentido geral da acção política do Governo no Sector da Saúde é claro: fechar serviços, encerrar Maternidades, reduzir horários de funcionamento e tomar mais caro e mais difícil o acesso aos cuidados de saúde.

Aliás, a própria Ordem dos Médicos reconheceu, recentemente na Assembleia da República, e cito, “já todos nos apercebemos que o Ministério da Saúde é bem mais rápido a fechar do que a abrir ou a cumprir as suas promessas.”

Por isso, os Portugueses já sabem que este Governo tem uma não Política de Saúde, ou melhor tem uma falsa Política de Saúde.

Como disse um dirigente socialista do Interior, e cito, “o Ministro tem uma política de saúde inimiga das pessoas”.

Na verdade, por um lado temos um Ministro que apregoa o seu preconceito contra os SAP, afirmando com gáudio que nunca vai nem ir a um SAP e por isso quer fechá-los.

Por outro, o mesmo Ministro resolve o problema retirando esses serviços às populações, sem lhes dar alternativas, e tentando fazer-lhes crer que a retirada de serviços médicos melhora o seu acesso aos cuidados de saúde.

No entanto, o INEM confirma que envia doentes urgentes para os SAP.

Como pode, então, o Ministro afirmar que não são unidades de urgência?

Quanto à criação de novos serviços, a verdade é que o processo de criação das Unidades de Saúde Familiar está muito atrasado e dele tem resultado a desnatação de inúmeros Centros de Saúde, principalmente nas zonas mais desfavorecidas do Interior do País.

Outro exemplo é o das novas ambulâncias, agora denominadas de Suporte Intermédio de Vida.

Trata-se de um conceito novo, de que nenhum especialista ouviu falar, em que a grande inovação parece ser a de atribuir a outros funções que até agora são estritamente desempenhadas por médicos.

Para além da contundente crítica da Ordem dos Médicos, também a Comissão Técnica de Reestruturação das Urgências – comissão que foi criada pelo próprio Ministro da Saúde – discorda da criação destas

ambulâncias híbridas.

E não surpreende que assim seja.

Na verdade, essas ambulâncias, dando aos doentes uma falsa sensação de segurança, não terão o pessoal especializado que lhes assegurem um transporte seguro e qualificado.

A isto chama-se, Senhoras e Senhores Deputados, “vender gato por lebre”!

É caso para dizer que a Reforma vai passar pelo Interior.

Mas o Interior não vai passar pela Reforma.

Isto porque a actual Política de Saúde é socialmente injusta, tecnicamente insensata, moralmente absurda e geograficamente desequilibrada.

(...)

Falemos claro:

Em primeiro lugar, a reestruturação dos serviços de urgência só deveria avançar no terreno depois de ter sido previamente reforçada a Rede de Emergência Pré-Hospitalar.

Em segundo lugar, a reestruturação dos serviços de urgência só deveria avançar no terreno depois de estar bem implantada a reforma dos cuidados de saúde primários.

Em terceiro lugar a reestruturação dos serviços de urgência só deveria avançar no terreno depois da reorganização do sistema de transporte de doentes, através da dotação e distribuição equitativa de meios, da clarificação e simplificação de competências e da definição da coordenação e controlo.

Em quarto lugar, a reestruturação dos serviços de urgência só deveria avançar no terreno depois de estar a funcionar o Call Center da Saúde, sistema de atendimento que já devia estar operacional há mais de um ano.

Trata-se de uma reforma que deve ser executada em simultâneo.

É por tudo isto que o Ministro da Saúde não pode fechar dezenas de SAP por todo o País, principalmente nas zonas mais desfavorecidas do Interior, sem criar previamente alternativas aos utentes.

O Ministro não pode fechar 11 dos 14 serviços de atendimento existentes no Distrito da Guarda sem que os utentes tenham alternativas.

O Ministro não pode fechar 9 dos 14 serviços de atendimento existentes no Distrito de Beja sem que os utentes tenham alternativas.

Como o Ministro não pode fechar 8 dos 12 serviços de atendimento existentes no Distrito de Bragança sem que os utentes tenham alternativas.

Nem pode fechar 5 das 9 urgências



hospitalares existentes no Distrito de Aveiro sem que os utentes tenham alternativas.

O mesmo se pode dizer em relação ao Distrito de Leiria, Braga e a tantos outros.

Finalmente, Senhores Deputados, o Ministro não pode reduzir as cerca de 400 portas de entrada no SNS para 83 sem criar alternativas para os utentes.

Uma razia, Senhoras e Senhores Deputados, de mais de 80%, ou seja, o encerramento de 4 em cada 5 portas de acesso ao SNS.

E, ainda por cima, fazê-lo a coberto de um pretensu parecer técnico que os técnicos negam existir.

Senhoras e Senhores Deputados, em especial do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Não julguem que é apenas o PSD que o diz.

São os doentes que o sofrem, são os Portugueses que o sentem.

Não acreditem nas visões de que apenas Vossas Excelências querem o bem comum e que as críticas são as de uma Oposição que critica por criticar.

Essa é uma visão maniqueísta e muito pouco democrática.

Mas é, sobretudo, uma visão autista e falsa da realidade.

De facto, ainda no passado dia 14 de Março, a Ordem dos Médicos disse, na Comissão Parlamentar de Saúde, que “as urgências estão a ficar saturadas e algumas a entrar mesmo em ruptura”.

E a mesma Ordem também advertiu que “sem uma verdadeira reforma dos cuidados de saúde primários, não há qualquer possibilidade de resolver os actuais problemas e rupturas das urgências hospitalares.”

Senhoras e Senhores Deputados, O Governo deveria fazer reformas para melhorar a saúde dos doentes e não fazer reformas contra os doentes.

O Governo deveria fazer reformas orientadas para retirar doentes às urgências, encaminhando-os para a rede de cuidados primários.

Porém, o que o Governo faz é tirar as Urgências aos doentes, fechando-lhes a porta de entrada no sistema de saúde.

Os resultados financeiros poderão ser os melhores.

Mas esse grande desígnio do Governo dito socialista será conseguido à custa do afastamento dos doentes dos serviços de saúde.

E, pior de tudo, será conseguido à custa do sofrimento dos doentes.

O PSD entende que, a ir para a frente a teimosia deste Governo, largas dezenas de milhar de cidadãos ficarão a uma distância desmedida dos cuidados de saúde, particularmente em situações

urgentes e de emergência.

A situação criada, Senhoras e Senhores Deputados, é inaceitável e é muito grave.

Partilho da preocupação

manifestada pela Ordem dos Médicos quando disse o seguinte:

“Desafortunadamente, os Portugueses têm razões de sobra para estar

*verdadeiramente preocupados com uma política de saúde que desagrega o SNS, privilegia os encerramentos, favorece a substituição de recursos públicos por recursos privados e incrementa a transferência de custos para a população!”*  
(...)

## Intervenção sobre o apoio às pequenas e médias empresas.

Deputado António Almeida Henriques  
Assembleia da República, 22 de Março de 2006



(...)

São pequenas no tamanho, mas têm uma grande importância para o País, as PME são 99,6% das empresas portuguesas, representam ¾ dos postos de trabalho, 57,9% do volume de negócios.

Animam a micro economia das regiões, combatem a desertificação de territórios, constituem o miolo do País real.

Que atenção mereceram nestes dois anos de Governo?

Nenhuma!

Uma total insensibilidade para

aquele segmento que é a menina dos olhos da União Europeia, a ausência da aplicação dos princípios que estão contidos na Carta Europeia das PME.

Numa atitude de deslumbamento, mas também de impreparação e desconhecimento, o **Ministro da Economia comporta-se como se fosse o chairman da API**, não percebendo que sem tecido intermédio não tem economia.

Quando o PSD denuncia a falta de políticas do Governo para as PME, apressa-se a desmentir, montando mais uma sessão de super

propaganda no Porto no passado dia 6.

Até aqui, quando os empresários se candidatavam a incentivos do PRIME, recebiam uma notificação pelo correio a informar da aprovação da candidatura e dias depois o contrato para assinarem.

Agora, são notificados para uma sessão pública de assinatura dos contratos, ainda para mais de um rapar dos últimos fundos do PRIME deste QCA, uma atitude inqualificável, uma tentativa de instrumentalização dos empresários para esconder a inércia.

Mas esta inércia está a produzir resultados que poderão ser dramáticos para o nosso futuro colectivo.

Darei só três exemplos face à exiguidade de tempo que disponho.

À cabeça convidou os Senhores Deputados a irem às **cidades e vilas transfronteiriças**.

A política fiscal do Governo, o aumento do IVA para 21%, os sucessivos aumentos do preço da gasolina, resultam em disparidades fiscais de tal ordem que levaram ao encerramento das bombas de gasolina do lado português.

É desolador passar por estas cidades e verificar que as empresas vão fechando, os cartazes de promoção de produtos foram substituídos por outros que dizem encerrado ou trespassa-se.

O que é que o Governo faz para obviar a esta situação?

Nada, o Governo atravessa, ultrapassa a fronteira da indiferença e da insensibilidade!

Impávido e sereno vê a forte economia espanhola a ser ajudada pela débil economia portuguesa;

**Igualmente triste é a situação dos nossos pólos urbanos.**

Com populações de residentes cada vez mais envelhecidas, com a concorrência dos grandes centros comerciais e hipermercados que nascem como cogumelos, vão definhando.

Comerciantes, mantêm as lojas abertas, muitas vezes por vergonha, consumindo as poucas poupanças acumuladas ao longo de anos.

Outros não aguentam e fecham, ainda outros colocam placas de





trespassa-se à espera que apareça alguém interessado.

O que faz o Governo, lança o Programa MODCOM para modernização das lojas.

Seria melhor que lhe colocassem o nome MORRECOM, pois só ajuda a morrer mais depressa.

Será que não percebem que se o empresário se candidatar para modernizar a sua loja, vai ter que investir ainda mais e vai continuar sem clientes a entrarem nas suas lojas, isto é, fecha mais depressa?

O mais adequado seria uma *task force* entre autarquias, associações comerciais e comerciantes, um plano de emergência que crie dinâmicas capazes de fazer concorrência aos centros comerciais existentes, salvando o comércio de proximidade.

Outro exemplo, o **combate à fraude e evasão fiscais**.

Estamos de acordo que deve ser cada vez mais eficaz, somos favoráveis a uma atitude firme, mas talvez a atitude pedagógica pudesse surtir melhores efeitos.

Não podem existir dois pesos e duas medidas.

O Governo não pode só exigir e não cumprir.

O Governo não pode asfixiar ainda mais as micro e pequenas empresas não lhes pagando a tempo e horas e ainda exigindo o pagamento do IVA que não pagou.

O Governo dá um mau exemplo, será a única situação em que se aplica o ditado, olha para o que eu digo, não para o que eu faço.

Nós fazemos propostas concretas, desafiamos o Governo a fazer três coisas:

Escalonar no tempo o pagamento das dívidas em atraso às micro e PME's, aliás cumprindo uma directiva comunitária em vigor (DL 32/ 2003).

Acceptar a compensação fiscal quando não cumpra o prazo a que se comprometeu e transformar automaticamente as dívidas do Estado às empresas em títulos que possam ser negociados com terceiros, antecipando o seu recebimento.

Que o pagamento do IVA resultante de fornecimentos ao Estado, só seja exigível, após boa cobrança, como já funciona para a construção civil.

Para além de moralizador, introduzia liquidez no depauperado tecido das PME, do ponto de vista fiscal será uma medida neutra, pois não acreditamos que o problema do governo seja falta de liquidez.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados

No âmbito da reestruturação do Ministério da Economia, um processo com barbas, o aspecto central deveria ter sido a **criação do balcão único, do gestor do cliente** que se assumisse como um facilitador



junto dos inúmeros serviços da administração pública, tal não foi feito é uma das medidas que propomos.

Também no domínio das **compras do estado**, ineficientes, caras, um processo há muito ressequido, apesar de o anterior Governo ter deixado todos os estudos e documentos que permitiriam uma profunda modernização nesta matéria.

Dois anos passaram, as novas empresas que vão surgindo não conseguem aceder à central de compras do estado, os produtos que constam desta são mais caros do que no mercado, o Estado faz maus negócios. Também neste domínio fazemos propostas.

No capítulo da Inovação, o Senhor Ministro já só mantém o nome de Ministro da Economia e Inovação, é caso para dizer, o Senhor Ministro perdeu o "I", o "I" de Inovação.

O colega da Ciência foi-se encarregando de o esvaziar, na AdI, no processo de extinção do INETI, cada vez menos a inovação está centrada na produção de riqueza, um desastre completo, por isso apresentamos também propostas nestes domínios.

No QREN, por imposição europeia da estratégia de Lisboa, a competitividade é um vector central.

Por incrível que pareça, não me cansando de insistir no atraso de aplicação, na troika que vai mandar neste importante instrumento de 21,5 mil milhões de euros, dos quais 3 mil milhões para a competitividade, não encontramos o Ministro da Economia.

Mas aparece o das Obras Públicas, e o do Emprego, coordenados pelo todo-poderoso Ministro de Estado e da Administração Interna.

Só damos conta da existência dele em actividades de propaganda ou em afirmações infelizes.

Se este Ministro não tem capacidade, se o Senhor Primeiro Ministro o quer manter, então coloque-o definitivamente como chairman da API e chame a si a condução do dossier das PME, aliás prática constante neste Governo,

quando os ministros não se entendem, chama a função a si e, já agora porque não também o QREN ! Seria a forma de resolver as questões de organização e governância ainda por decidir.

A matéria das PME é central,

aquilo do tecido que hoje se destruiu com esta atitude do Governo, dificilmente será reconstruído no futuro.

Ou o Governo acciona um plano de emergência para actuar neste domínio ou corre o risco de já ser tarde.

Uma palavra final, que o Governo prime pela ausência neste debate não nos surpreende, o Ministro da Economia prefere fazer afirmações sem contraditório, tem receio de ser confrontado com a realidade.

Mas o Grupo Parlamentar do PS tem pessoas com sensibilidade para estas matérias, não adoptem a atitude da avestruz, convido-os para um debate sério, em nome das empresas e dos empresários que têm micro e PME.

Já não se trata só de colocar as PME na agenda política, é imperioso que se faça algo.

Se para o Governo o tema é pequeno, para nós é muito grande e fundamental para o País.

## AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 28 DE MARÇO DE 2007, 15:00H  
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção política do Governo  
(Sobre os 50 Anos do Tratado de Roma)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 118/X (GOV)

(Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem)

QUINTA-FEIRA, DIA 29 DE MARÇO DE 2007, 15:00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Relatório do Conselho Nacional de Educação a propósito do Debate Nacional de Educação

Proposta de Lei n.º 111/X (GOV)

(Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e actualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil)

**VOTAÇÕES às 18H00**

SEXTA-FEIRA, DIA 30 DE MARÇO DE 2007, 10:00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 120/X (GOV)

(Aprova a Lei da Televisão, que regula o acesso à actividade de televisão e o seu exercício)

*Petição n.º 151/X/1.* (Movimento Cívico "Não apaguem a memória")

(Reclamam a criação de um espaço público nacional de preservação e divulgação pedagógica da memória colectiva sobre os crimes do chamado Estado Novo e a resistência à ditadura, condenam a conversão do edifício da sede da PIDE/DGS em condomínio fechado e apelam a todos os cidadãos e organizações para preservarem, de modo duradouro, a memória colectiva dos combates pela democracia e pela liberdade em Portugal)



- 1071-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-14  
**Assunto:** Quartel da GNR na Vila do Carregado.  
**Autor:** DUARTE PACHECO  
**Enviado a:** MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA **em:** 2007-03-16 inferior ao previsto.  
**Autores:** MOTA AMARAL / JOAQUIM PONTE  
**Enviado a:** GOVERNO **em:** 2007-03-20
- 1072-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-14  
**Assunto:** Funcionamento do Centro de Saúde de Arruda dos Vinhos.  
**Autor:** DUARTE PACHECO  
**Enviado a:** MIN SAÚDE **em:** 2007-03-16
- 1073-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-14  
**Assunto:** IC 2.  
**Autor:** DUARTE PACHECO  
**Enviado a:** MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-16
- 1074-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-14  
**Assunto:** Apoios do Programa Leader.  
**Autor:** DUARTE PACHECO  
**Enviado a:** GOVERNO **em:** 2007-03-16
- 1075-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-14  
**Assunto:** Centro de Saúde de Alenquer.  
**Autor:** DUARTE PACHECO  
**Enviado a:** MIN SAÚDE **em:** 2007-03-16
- 1092-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-15  
**Assunto:** Reconhecimento de habilitações para a emissão de títulos profissionais a psicólogos.  
**Autores:** AGOSTINHO BRANQUINHO / EMIDIO GUERREIRO / PEDRO DUARTE  
**Enviado a:** MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL **em:** 2007-03-19
- 1093-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-15  
**Assunto:** Situação na Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra (APVG).  
**Autor:** HENRIQUE ROCHA DE FREITAS  
**Enviado a:** MIN DEFESA NACIONAL **em:** 2007-03-19
- 1094-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-15  
**Assunto:** Situação dos Adidos Militares.  
**Autor:** HENRIQUE ROCHA DE FREITAS  
**Enviado a:** MIN DEFESA NACIONAL **em:** 2007-03-19
- 1095-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Contrato Programa celebrado entre a EP - Estradas de Portugal, e a Câmara Municipal de Almodôvar/Beneficiação do CM 1196, no troço entre Santinha e Santa Clara a Nova.  
**Autor:** LUIS RODRIGUES  
**Enviado a:** MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-19
- 1096-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-15  
**Assunto:** Organismos Geneticamente Modificados (OGM).  
**Autores:** LUIS CARLOTO MARQUES / JOSE MANUEL RIBEIRO / RICARDO MARTINS  
**Enviado a:** MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-03-19
- 1097-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Comunicação Social Regional – Apoios.  
**Autor:** JOSE MANUEL RIBEIRO  
**Enviado a:** MIN ASSUNTOS PARLAMENTARES **em:** 2007-03-19
- 1107-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Sobre as contas públicas de 2006 foram encerradas com um défice
- 1108-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Área de protecção do Mosteiro de Santa Maria de Celas, em Coimbra.  
**Autor:** MIGUEL QUEIROZ  
**Enviado a:** MIN CULTURA **em:** 2007-03-20
- 1109-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Saúde e Segurança dos tripulantes da Euro Atlantic.  
**Autor:** NUNO DA CÂMARA PEREIRA  
**Enviado a:** MIN TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL **em:** 2007-03-20
- 1110-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Aplicação das metodologias LEADER na Alta Estremadura.  
**Autores:** FELICIANOP BARREIRAS DUARTE / CARLOS POÇO / MARIA OFÉLIA MOLEIRO  
**Enviado a:** MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-03-20
- 1111-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Levantamento de interdições à construção em Portimão, ao abrigo do Decreto-Lei nº 327/90, de 22 de Outubro.  
**Autor:** JOSÉ EDUARDO MARTINS  
**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL e MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS **em:** 2007-03-20
- 1112-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Valores de contrapartida pagos pela SPV -Sociedade Ponto Verde aos sistemas multimunicipais de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.  
**Autor:** JOSÉ EDUARDO MARTINS  
**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-20
- 1113-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Pagamentos QCA III.  
**Autor:** JOSÉ EDUARDO MARTINS  
**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-20
- 1114-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Venda pelo Estado de Veículos em Fim-de-vida.  
**Autor:** JOSÉ EDUARDO MARTINS  
**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-20
- 1115-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Relatório sobre o risco de derrocadas na encosta do Forte de São Filipe, em Setúbal.  
**Autor:** LUIS CARLOTO MARQUES  
**Enviado a:** MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-20
- 1116-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Relatório sobre o risco de derrocadas na encosta do Forte de São Filipe, em Setúbal.  
**Autor:** LUIS CARLOTO MARQUES  
**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-20
- 1117-AC/X/2  
**Data:** 2007-03-16  
**Assunto:** Relatório sobre o risco de derrocadas na encosta do Forte de São



Filipe, em Setúbal.

**Autor:** LUIS CARLOTO MARQUES

**Enviado a:** MIN ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA **em:** 2007-03-20

1118-AC/X/2

**Data:** 2007-03-16

**Assunto:** Ilegalidades na Cruz Vermelha Portuguesa (CVP).

**Autores:** AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA

**Enviado a:** MIN DEFESA NACIONAL **em:** 2007-03-20

1119-AC/X/2

**Data:** 2007-03-16

**Assunto:** Acessibilidade no Concelho de Amarante.

**Autores:** AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / SÉRGIO

VIEIRA

**Enviado a:** MIN OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E

COMUNICAÇÕES **em:** 2007-03-20

1120-AC/X/2

**Data:** 2007-03-16

**Assunto:** Degradação do Parque Florestal de Amarante.

**Autores:** AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / SÉRGIO  
VIEIRA

**Enviado a:** MIN AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
E DAS PESCAS **em:** 2007-03-20

1121-AC/X/2

**Data:** 2007-03-16

**Assunto:** Poluição no Rio Tâmega, Amarante.

**Autores:** AGOSTINHO BRANQUINHO / JORGE COSTA / SÉRGIO  
VIEIRA

**Enviado a:** MIN AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO  
TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL **em:** 2007-03-  
20

## Intervenção sobre os 1300 postos de trabalho que estão em risco na empresa RHODE, em Santa Maria da Feira

Deputado Luís Montenegro

Assembleia da República, 22 de Março de 2007

(...)

Há dois anos o PS e o Primeiro-Ministro prometeram aos portugueses que o nosso crescimento económico seria superior a 3%.

Dois anos volvidos, esse crescimento foi de metade da média europeia e um terço do alcançado pela nossa vizinha Espanha. É o pior desempenho de toda a União Europeia.

Em matéria de investimento são sete trimestres consecutivos a baixar.

Vinte e um meses seguidos a decrescer.

Isto apesar do anúncio pomposo de 27 mil milhões de euros de relevantes investimentos, dos quais só cerca de 4,5 mil milhões foram contratualizados e aguardam concretização. Ou seja, cerca de 86% do que foi anunciado voou ou desapareceu entretanto.

No que concerne ao poder de compra dos portugueses, é mais um indicador a descer: menos 4,7% em dois anos face aos nossos parceiros europeus.

Mas nem tudo desce!

O défice externo, esse cresceu 3 pontos em percentagem do PIB nos últimos dois anos.

E o desemprego, esse também cresceu, e muito, atingindo uma taxa só registada no longínquo ano de 1986.

Há dois anos, senhores deputados, o país acreditou que se criariam 150.000 novos postos de trabalho. Foi uma bandeira tantas vezes erguida, um *sound bite* tantas vezes pronunciado que se transformou em mais um caso duma mentira tantas vezes dita e repetida até parecer verdade, mesmo sendo apenas uma promessa sem qualquer concretização!

Quem os ouvia, até ficava com a



sensação esses empregos já existiam!

Porém, nada de mais falso e ilusório!

A verdade é que em dois anos a taxa de desemprego subiu de 7,2 para 8,2%.

Em média foram mais 73 desempregados por dia em dois anos. Mas pior, mais recentemente, só no último trimestre de 2006 foram mais 453 portugueses que por dia ficaram sem emprego.

Em 2005, o país viu e ouviu o então candidato a Primeiro-Ministro, José Sócrates, afirmar que uma taxa de desemprego de 7,1% era um falhanço!

Em 2007, o país vê e ouve o Primeiro-Ministro, o mesmo José Sócrates, contente e satisfeito por apresentar uma taxa de desemprego de 8,2%.

É o cúmulo da insensibilidade social!

E face a esta discrepância entre a

realidade virtual e propagandística do Governo e do PS, por um lado, e o dia-a-dia real dos portugueses, difícil, muito difícil e sofrido, o país, senhores deputados, cada vez mais percebe que os sacrifícios a que está sujeito – de aumento dos impostos, por exemplo – não têm qualquer compensação.

O que os portugueses queriam e mereciam era um Governo cujas políticas e intervenções pudessem contribuir para mais criação de riqueza, mais poder de compra, e mais emprego.

O que o Governo lhes oferece é precisamente o contrário!

Para o PSD, cada desempregado, cada família cruzada ou apanhada com o sofrimento da perda ou o risco da perda dum emprego, constitui um problema.

Um problema que cabe ao Governo debelar.

Mas, senhores deputados, se todos

e cada um dos nossos concidadãos desempregados ou em risco de o serem nos merecem especial respeito e diligência, a Assembleia da República não pode passar indiferente à ameaça que paira sobre casos especiais como aquele que se verifica na empresa RHODE, em Santa Maria da Feira.

São 1300 postos de trabalho que estão em risco, criando em outras tantas famílias situações de subsistência muito delicadas e preocupantes.

Conhecemos os contornos da situação.

Falámos com trabalhadores e empregadores.

Ouvimos os autarcas.

Sabemos que se aguardam importantes decisões para as próximas horas.

Mas não podemos aceitar que o Governo, quase obrigado, se limite a acompanhar.

Ao Governo exige-se mais.

Exige-se intervenção.

Exige-se que coloque a diplomacia económica ao serviço desta questão.

Exige-se que envolva a API, o IIEFP, quer na luta pela manutenção dos postos de trabalho quer nas alternativas possam minorar os efeitos duma decisão menos favorável no decurso do processo de insolvência que corre na Alemanha.

Exige-se que apoie jurídica e socialmente os trabalhadores que não só vêem perigar os seus empregos como têm já salários em atraso.

Ao Governo exige-se que olhe para o trabalho que, por exemplo, foi encetado aquando do encerramento da empresa CLARK's, em Castelo de Paiva.

(...)

## Intervenção sobre a proposta do Governo para alterar o nome Algarve por “Allgarve”

Deputado Mendes Bota  
Assembleia da República, 22 Março de 2007

No passado dia 16 de Março, em Lisboa, o Ministro da Economia fez a apresentação pública de uma campanha promocional anunciada como um “projecto de Valorização do Algarve 2007 e a sua marca”.

De forma inesperada, o nome da Região foi objecto de um trocadilho, adoptando um anglicismo desajustado, desnecessário e descaracterizador da sua identidade.

As reacções não deixam dúvidas sobre a rejeição que a ideia suscitou na sociedade algarvia e não só, a qual tem manifestado um vivo repúdio por mais esta desconsideração do governo para com a região que, segundo a pomposa campanha apresentada pelo Ministro da Economia, deixará de ser conhecida internacionalmente por Algarve, para se passar a chamar “Allgarve”.

Os argumentos em sua defesa são patéticos. Não necessitamos do abcesso inglês “all”, para designar “todo o Algarve”. Há muitas décadas que a marca ALGARVE está consolidada no mercado, e proceder a esta alteração só poderá servir para confundir um nome que, a par do Vinho do Porto, é dos poucos de que Portugal se pode orgulhar à escala mundial.

Ao que se sabe, o governo colocou em cima da mesa três alternativas, qual delas a pior. “Algarvis”, “Algarve Affair”, e “Allgarve”, o nome de todas as polémicas.

Não estão em causa os eventos previstos, nem as acções promocionais em si, nem os meios financeiros colocados, sem favor algum, ao serviço da promoção do Algarve.

Está em causa, tão somente, o nome “ALLGARVE”. Trata-se de uma afronta ao bom e verdadeiro nome do Algarve, um golpe na coerência de uma marca consolidada internacionalmente há muitos anos, mais um estrangeirismo descaracterizador da nossa identidade cultural, e uma demonstração de falta de bom gosto e de bom senso.

É verdade que o Ministro da Economia, já tinha passado incólume em 2006, quando brincou com o nome de Portugal. Só que a campanha-relâmpago intitulada “Portugall Summer”, anunciada no final de Julho para derreter um milhão e meio de euros logo nas primeiras duas semanas de Agosto,



esgotou-se em meia dúzia de eventos cujo saldo variou entre o fiasco e uns quantos banquetes para auto-exibição de um vistoso naipe do chamado “jet-set” nacional.

Mas o Ministro da Economia não pensa, não tem tempo para pensar, desdobrado que anda a presidir a banquetes e a cortar fitas de Power Point.

Já não é mais possível calar o atropelo ao Algarve, região mártir da actuação deste governo. Verdadeiro celeiro fiscal do país, por via da sua indústria turística, vê minguidas as contrapartidas de investimento público central, abaixo de um patamar onde o miserabilismo se transforma em desprezável gorjeta.

Já não é só o trágico desfiar de um conjunto de promessas eleitorais até agora incumpridas na sua totalidade, pomposamente apresentadas aos eleitores algarvios em Fevereiro de 2005, sob o título de “Uma Nova Agenda Para o Algarve”, hoje transformada numa verdadeira Agenda Zero.

Desde logo, à cabeça, a Regionalização, cuja rápida implementação foi despachada para as calendas incertas de 2012, num exemplo de rapidez à escala jurássica.

A construção do Hospital Central do Algarve, era tão prioritária, que até hoje não passou do papel da “comissão de sábios”.

A criação de uma Faculdade de Medicina, foi rapidamente esquecida, e até o Curso de Medicina continua a aguardar a luz verde de um ministro cinzento, que tem repetido à saciedade não querer nem mais faculdades nem mais cursos de Medicina em Portugal.

Os pólos tecnológicos não passaram do papel. O programa Polis não sofreu impulso novo nenhum. O avanço das soluções ferroviárias ligeiras de carácter suburbano e regional continua fora dos carris. A navegabilidade dos rios Guadiana e Arade atolou-se na lama. A garantia absoluta de não introduzir portagens na Via do Infante deixou de garantir o que quer que seja.

E a construção da Barragem de Odelouca até agora não arrancou, e será financiada por um empréstimo bancário, o que significa repercutir o serviço da dívida no preço da água, ou seja, sai dos dois bolsos do povo algarvio, à direita, para os impostos, e à esquerda, para a factura da água.

O Algarve é a Região-mártir da Europa, às mãos de um governo insensível, arbitrário e autoritário.

Apanhada no golpe estatístico do alargamento da União Europeia, a Região do Algarve é a única das 13 regiões europeias em situação de saída do Objectivo 1 que leva pancada às três tabelas.

De um dia para o outro, o Algarve vai perder, nos próximos sete anos,

55% dos fundos europeus, na comparação com o que recebeu nos últimos sete anos, ou seja, vai perder em cada dia, incluindo sábados, domingos e feriados, durante 2.555 dias, um investimento global de, pelo menos, cerca de meio milhão de euros.

A nova Lei das Finanças Locais coloca as autarquias do Algarve, na primeira linha dos principais perdedores de transferências de fundos do orçamento de Estado.

O PIDDAC para o corrente ano de 2007, representa apenas 31% do que foi há seis anos atrás.

Este é o Governo do Fecha. O Governo já fechou, ou prepara-se para fechar no Algarve, Serviços de Saúde de Urgência e Extensões de Saúde, postos da GNR, Escolas Primárias, delegações de apoio à Pesca e à Agricultura, até o Consulado de Portugal em Sevilha, apesar de este ser lucrativo para o Estado! Aqui, de facto, há que reconhecê-lo, HÁ OBRA!  
(...)

A actuação negativa do Ministro da Economia, e o seu impacto não conhece limites nem fronteiras. Revela-se na China como em Fornos de Algodres de Cima. Coloca em causa a imagem e o bom nome de Portugal, como de uma qualquer sua região, como foi agora o caso do Algarve.

O rei Midas da mitologia grega, ficou célebre por transformar em ouro tudo aquilo em que tocava. O Ministro da Economia, é a encarnação do anti-Midas. Transforma numa imensa trapalhada tudo aquilo em que toca.

Os resultados da actuação do seu Ministério apresentam um saldo desolador. A economia está estagnada, cada vez mais divergente com a Europa, o investimento desce, o desemprego galopa. Os resultados do controle do défice orçamental fizeram-se à custa de uma suspensão brutal das obras públicas, do aumento dos impostos, e de uma verdadeira ditadura fiscal sobre os contribuintes e as pequenas e médias empresas.

É verdade que as exportações subiram, mas as importações cresceram ainda mais, e o défice da balança comercial é um desastre. A manutenção deste Ministro no passivo governamental é um verdadeiro mistério. Ao mantê-lo em funções, o senhor Primeiro-Ministro presta um péssimo serviço ao País.  
(...)



## Intervenção sobre o ordenamento da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e a regulação da pesca e da aquicultura nessas mesmas águas

Deputado Miguel Santos  
Assembleia da República, 23 de Março de 2007.

A Proposta de Lei nº 115/X que o Governo apresentou à Assembleia da República e que hoje se debate nesta Câmara, relativa ao ordenamento da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e à regulação da pesca e da aquicultura nessas mesmas águas, merece-nos, de princípio, uma avaliação de concordância com os fins que visa acautelar.

Na verdade, a legislação ainda vigente no nosso ordenamento jurídico encontra-se já, em muitos aspectos, perfeitamente desajustada daquilo que são as novas realidades socio-económicas e ambientais associadas ao aproveitamento dos nossos recursos hídricos.

Por outro lado, em muitas outras vertentes essa mesma legislação pura e simplesmente nem sequer prevê os novos contextos e realidades, sobretudo os que derivam da necessidade da preservação dos valores ambientais e das suas progressivas interfaces com o desenvolvimento rural.

Sendo certo que, no que respeita às actividades piscatórias, a proposta do Governo não nos merece observações de maior monta, já no que se refere à aquicultura destacam-se alguns aspectos dignos de reparo, tanto mais que, propondo-se a Proposta de Lei e cito “modernizar a legislação, no sentido de compatibilizar as diferentes utilizações do domínio hídrico com os objectivos de gestão dos recursos aquícolas”, fim de citação, tal actualização acaba por resultar escassa face àquilo que constituem já hoje as principais orientações técnicas e políticas adquiridas nesta matéria.

O Regulamento (CE) nº 2792/1999, do Conselho, de 17 de Dezembro – que define os critérios e condições das acções estruturais no sector das pescas – define “aquicultura” como a “exploração ou cultura de organismos aquáticos que aplique técnicas concebidas para aumentar, além das capacidades naturais do meio, a produção dos organismos em causa”. E acrescenta essa definição constante do Direito Comunitário que “estes organismos continuam, durante toda a fase de exploração ou cultura até, inclusive, à sua colheita, a ser propriedade de uma pessoa singular ou colectiva”.

Ora, precisamente por, de acordo com a definição dada, a aquicultura permitir “aumentar” a produção

“além das capacidades naturais do meio”, a política da União Europeia nesta matéria tratou de acautelar devidamente todos os aspectos que possam causar impactos mais significativos no Ambiente e no Meio. É por isso que encontramos ponderações e ditames na política europeia de aquicultura que, salvo melhor opinião, não transparecem na Proposta de Lei nº 115/X que o Governo apresenta a esta Assembleia.

Desde logo, tratando-se de piscicultura intensiva, onde estão as normas que regem e acautelam as descargas de resíduos e de efluentes?... É que, para além de existirem, já neste momento, equipamentos que tratam os efluentes

Governo não consagra normas de segurança aplicáveis aos riscos potenciais de peixes transgénicos cultivados em instalações de confinamento.

Em matéria de Prevenção e Controlo Integrado da Poluição – regime transposto para o direito interno português através do Decreto-Lei nº 194/2000, de 21 de Agosto – a Comissão Europeia vem preparando a sua adaptação e aplicação à actividade de piscicultura intensiva. Está o Governo português a acompanhar e a acautelar essa tutela?

No que se refere à piscicultura intensiva, é fundamental o uso do máximo rigor na selecção da

qualquer intento de incentivar o papel reconhecidamente positivo da piscicultura extensiva, tanto mais quando esta comporta, também, inequívocas potencialidades turísticas, recreativas e educativas – o que pode constituir uma mais-valia acrescida em termos económico-sociais e de interligação entre o Ambiente e o meio rural. Em virtude desta sua específica natureza, também certos aspectos ambientais das albufeiras ou de outras massas de água usadas para a aquicultura são elegíveis, à face da lei comunitária, para apoios financeiros relacionados com a agricultura e a preservação da paisagem rural, no âmbito de regimes de desenvolvimento rural.

Em ordem a salvaguardar os investimentos em aquicultura, estas instalações industriais devem de ser protegidas dos predadores selvagens. Trata-se, então, de mais um aspecto de que a Proposta de Lei do Governo não cuidou de acautelar.

A concluir, diremos que nenhuma referência é feita, no regime proposto pelo Governo, à produção aquícola biológica, tendo em atenção, sobretudo – tal como, aliás, nas produções extensivas – o menor impacto ambiental decorrente das explorações que adoptam este método de produção. O mesmo se diga, também, dos sistemas de auditoria ambiental e de certificação de qualidade.

Todos os aspectos que acabámos de referir deveriam merecer, no regime que o Governo nos propõe, senão uma referência detalhada, então, pelo menos, a sua inclusão na lista de actividades e de características a incentivar oficialmente, sobretudo quando comparadas com as referências genéricas que são feitas na proposta de diploma a outros aspectos e modos de actuação muito menos consentâneos com objectivos ambientais e de desenvolvimento sustentável.

Por estes motivos, o PSD, enquanto partido com especiais responsabilidades no espectro político-partidário nacional, não poderia, de forma alguma, deixar de assinalar e de dar devida conta de tão relevantes aspectos e critérios que, lamentavelmente, não estão devidamente salvaguardados.

Certamente que, no futuro, todos estes aspectos terão de ser corrigidos e, novamente, actualizados.

(...)



originados pelos sistemas de aquicultura em águas interiores, os respectivos investimentos são elegíveis, à face da legislação comunitária, para efeitos de co-financiamento.

Também no que concerne aos riscos de introdução accidental no meio de espécies aquáticas não indígenas, não se vislumbra, na Proposta de Lei do Governo, uma única referência quer ao Código de Conduta sobre a Introdução e a Transferência de Organismos Marinhos, quer à prevenção do risco de introdução de doenças por via da incorporação de novas espécies para cultura.

Por outro lado, a proposta do

localização das respectivas explorações, na adaptação ao tipo e à escala das unidades de produção, bem como à sensibilidade da massa de água na qual vai ser instalada a unidade produtiva. Assumem, por isso, neste tocante, uma relevância acrescida os procedimentos para a avaliação dos impactos ambientais destas explorações que, de igual modo, se não vislumbra onde possa ter a Proposta de Lei do Governo acautelado ou alertado para a sua especial necessidade.

Propondo-se, a Proposta de Lei em apreço, acautelar os valores ambientais em face das actividades da pesca e da aquicultura em meio hídrico, também nela se não desenha



## Assunção Esteves reclama mais vigilância pelo respeito dos Direitos Fundamentos

Depois da Comissão Europeia ter proposto uma metodologia para permitir que as suas propostas legislativas assegurem o respeito dos direitos fundamentais, foi a vez do Parlamento dar o seu contributo – o relatório Vogenhuber.

Foi neste sentido que a deputada do PSD, Assunção Esteves, fez uma intervenção no Plenário do Parlamento Europeu defendendo a transversalidade dos direitos a todas as políticas europeias. E disse: “desde o Tratado de Roma que a Democracia é condição desta união de povos e base de consenso”. Remontando ao tratado de Nice, em 2001, a deputada assinalou que “a Carta dos Direitos Fundamentais não é mais do que a explicitação desta matriz genética da União Europeia (...) A União Europeia nunca existiu sem uma vinculação essencial aos direitos fundamentais”.

Assim, deve ser consagrada esta metodologia de “auto-controlo” que a Comissão apresenta e que pode trazer “ar fresco e mais transparência para os gabinetes da Comissão. Trata-se de uma solução mais estrutural e mais feliz do que a que nos traz a nova Agência dos Direitos Fundamentais. Numa sociedade democrática, o controlo dos direitos começa precisamente por ser um auto-controlo das instituições sobre a sua praxis política”.



Assunção Esteves lamentou ainda que o método não tivesse aplicação em todas as questões do terceiro pilar, direito penal e processo penal - “decisões no domínio da cooperação intergovernamental onde a Comissão não tem o exclusivo da iniciativa. As ameaças do terrorismo e a inquietação da opinião pública criam nos Estados a tentação de uma deriva securitária que, às vezes, entra numa relação-limite com a liberdade e a justiça.”

Para finalizar, a deputada do PSD apontou que há ainda um caminho a percorrer na aplicação desta metodologia “o método da Comissão abriu a porta, mas deveria também ter aberto a janela”.

## Relatório Freitas sobre Posei/Pescas aprovado na Comissão de Pescas do Parlamento Europeu



Foi aprovado na reunião da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu o Relatório de Duarte Freitas sobre a revisão do Posei/Pescas.

O aumento das dotações financeiras, a introdução de uma cláusula de revisão em substituição da limitação no tempo, a possibilidade de Ajudas de Estado, a não limitação a 75% das ajudas aos transportes e a possibilidade das indústrias de atum recorrerem a atum importado para

satisfazer as suas necessidades de aprovisionamento são algumas das importantes medidas que são sugeridas no documento agora aprovado.

Este parecer responde assim integralmente às grandes preocupações das Regiões Ultraperiféricas nesta matéria e, em concreto, integra todas as propostas dos Açores.

Duarte Freitas agradeceu “a todas as entidades públicas e privadas que colaboraram para a elaboração deste parecer e em especial aos seus colegas deputados no Parlamento Europeu que, com propostas e apoio nas votações, contribuíram para o sucesso obtido.”

O Deputado Europeu citou especificamente “os deputados Paulo Casaca, Pedro Guerreiro e Emanuel Jardim Fernandes a quem agradeço a colaboração e o trabalho articulado que permitiu, tanto nas opiniões da Comissão dos Orçamentos e Comissão de Desenvolvimento Regional, como no Relatório Final de que sou responsável salvaguardar os interesses do sector das pescas das RUPs.”

Seguem-se agora os seguintes passos:

1) Votação do Relatório em Plenário do Parlamento Europeu em Abril.

2) Decisão final pelo Conselho possivelmente em Junho.

3) Apresentação, pelas autoridades nacionais, do programa previsto no Regulamento, após a publicação deste.

Depois da votação em Plenário, a responsabilidade da negociação da versão

final do Regulamento com o Conselho pertence aos governos, bem como a apresentação e negociação com a Comissão do programa concreto de apoios - processo em tudo semelhante ao que se passou com o Posei/Agricultura.

Concluindo, Duarte Freitas referiu que “tendo em conta que as nossas principais preocupações foram inseridas no Relatório, espero que a votação final em Plenário possa dar um contributo político forte para ajudar os responsáveis governativos a terem idêntico sucesso no processo subsequente.”

### Carlos Coelho pede à Comissão Europeia que faça do Tejo Internacional um exemplo para o resto da Europa

O eurodeputado do PSD, Carlos Coelho, apresentou ao Parlamento Europeu uma proposta de resolução sobre o Parque Natural do Tejo Internacional propondo uma gestão conjunta para os parques naturais fronteiriços.

O documento, proposto em conjunto com o deputado Espanhol Garriga Polledo, tem como pano de fundo a importância de uma coordenação internacional na gestão de áreas protegidas partilhadas por países vizinhos para assegurar uma maior e mais eficiente protecção da biodiversidade.

Baseando-se na óptima cooperação entre o lado Português e o lado Espanhol do parque, o deputado sugere a criação de uma nova categoria de zona protegida - Zona Protegida Transnacional - que seria atribuída ao Tejo Internacional e a outros na Europa que apresentem as mesmas condições de transnacionalidade, ou seja, serem áreas contínuas entre os diferentes lados de uma mesma fronteira.

Quanto ao financiamento de projectos de protecção da Natureza sugere-se no documento que o carácter transnacional seja considerado um elemento inovador e de melhores práticas para efeitos da selecção de projectos e atribuição de fundos.



# Quo Vadis, Universitas?

Por: Ricardo Rio (\*)

Hoje em dia, poder-se-á dizer que é difícil elaborar um plano de negócios para um projecto de qualquer sector de actividade, tais são as diferentes contingências a que o mesmo pode estar sujeito na actual conjuntura de economias plenamente globalizadas.

Todavia, se nos colocarmos na pele de quem queira gerir uma universidade no contexto actual, seja ela pública ou privada, a análise dos pressupostos da envolvente podem conduzir-nos a algumas perplexidades.

Como ponto de partida, poder-se-ia pensar que este era um “negócio” seguramente “rentável”, tal a apetência do mercado pelo nosso “produto”: o País continua a registar índices de qualificações manifestamente baixos em comparação com os nossos parceiros da União, o discurso dominante das políticas públicas aponta baterias ao reforço dos níveis de formação dos cidadãos e os potenciais empregadores, também eles públicos ou privados, tendem a valorizar cada vez mais os níveis de conhecimento de base dos seus colaboradores, bem assim como, outras facetas que se podem aprofundar no contexto académico.

Esta análise optimista poderia cair por terra de imediato pela falibilidade desta última presunção: se a realidade aí exposta é seguramente dominante no conjunto das instituições públicas e dos meios empresariais (quando não nas próprias Instituições de Ensino), a verdade é que se observam também focos de descredibilização do ensino ministrado nas Universidades. Nesse prisma, evocam-se a alegada falta de adequação aos requisitos técnicos e comportamentais do mercado de trabalho, os baixos níveis de exigência e a incapacidade em se articular com a sua realidade envolvente, optando a Universidade por fechar-se em cúpulas, de poder e saber, muitas vezes ultrapassadas pela dinâmica do meio exterior em que se insere.

Neste particular, talvez bastasse ao nosso gestor universitário tentar evitar os erros acumulados pelos seus concorrentes, quais fossem, a perda de qualidade dos cursos, a inadequação da oferta temática às necessidades do mercado, a insistência em áreas que defraudam a expectativa dos alunos pela sua total falta de capacidade de inserção profissional.

Sem muito esforço, talvez conseguisse evitar envolver a sua Instituição em qualquer tipo de escândalo mediático, assegurando um financiamento transparente, procedendo com lisura, rigor e transparência perante todas as suas contrapartes (alunos, docentes, colaboradores, entidades reguladoras, demais instituições de ensino, comunidade em geral) e evitando assumir-se como uma espécie de estância de pouso para governantes em trânsito, entre



diferentes levas de ascendente partidário.

Assim se tratasse de uma Universidade privada, as estatísticas deveriam deixar o nosso gestor bem alerta. Segundo dados do Observatório da Ciência e do Ensino Superior citados pelo jornal Público, 16 instituições do ensino particular e cooperativo fecharam portas entre 1990 e 2003, tendo o conjunto das Universidades privadas perdido um total de 29.000 alunos nos últimos anos. No ano lectivo 2005/2006 a taxa de ocupação das vagas para primeiras inscrições não terá ultrapassado os 41%.

De igual forma, os dados do mercado não poderão também tranquilizar o nosso gestor caso ele esteja à frente de uma instituição do ensino superior pública. Em contraste com as alegadas prioridades do Governo, o orçamento para as instituições de ensino superior registou uma quebra superior aos 6% no Orçamento de Estado para 2007, facto este que reedita idênticas opções do passado recente.

Como agravante, considere-se também a obrigatoriedade de contribuição para a Caixa Geral de Aposentações e um mecanismo de financiamento que prejudica as instituições mais dinâmicas e que são capazes de obter mais receitas próprias (via propinas ou outros serviços e projectos).

Para o conjunto das instituições de ensino superior, dois outros aspectos assumem particular importância no desenvolvimento da sua actividade, um de natureza externa e outro de cariz mais local.

Por um lado, Bolonha obrigou à reformatação dos produtos disponibilizados, estimulando a sua diferenciação face aos concorrentes, conquistando as preferências dos “consumidores” e assegurando a sua fidelização num espectro de segmentos de mercado cada vez mais alargado.

Por outro, Portugal continua a registar uma obscena taxa de abandono escolar no ensino secundário, quer daqueles que acumularam um elevado número de chumbos nos primeiros anos, quer dos que não sentem incentivos para continuar após a conclusão dos níveis de escolaridade obrigatória. Voltando ao jornal Público, serão mais de 40 mil jovens nesta situação todos os anos.

Tudo isto considerado, parece claro que não se afigura fácil a vida do gestor universitário em questão se bem que, como diria Agostinho da Silva, “impossível só quer dizer mais difícil”.

Mesmo neste cenário conturbado, há certamente margem para o sucesso das nossas Universidades, para o cumprimento da sua missão social e para a assunção de um papel determinante no desenvolvimento do País e da sua economia.

Conseguirão os nossos gestores universitários encontrar o caminho certo? – (\*) *Economista, Presidente da CPS de Braga do PSD; Vereador eleito da Câmara de Braga.*

**Nota:** No artigo anterior deste nosso companheiro e estimado colaborador, por engano da Redacção, de que pedimos desculpa, a sua qualificação académica era dada como “Engenheiro”. Ricardo Rio pede-nos a rectificação, aqui feita, para – segundo diz – «Evitar confusões com “outros engenheiros”».



# «Semana Verde 2007», um êxito para a Câmara, um sucesso para os munícipes

A Câmara Municipal de Aveiro levou a cabo a iniciativa “Semana Verde 2007” que se realizou de 19 a 24 de Março de 2007, em vários espaços verdes da cidade de Aveiro.

Organizada pela Autarquia, esta iniciativa comemora os Dias Mundiais da Poesia, da Árvore, da Floresta, da Água e da Meteorologia mediante a realização de várias actividades relacionadas com o ambiente e com a chegada da Primavera.

Segundo o Vereador responsável do Ambiente, Miguel Capão Filipe, “a Semana Verde proporcionou aos aveirenses um conjunto de actividades ambientais, culturais e desportivas que emprestaram beleza e vida aos espaços verdes da cidade. Naqueles dias, Aveiro foi uma cidade florida e ainda com mais vida”.

O programa da “Semana Verde 2007” foi o seguinte:

**De 19 a 25 de Março** – das 10.00 às 18.00 horas - Rossio

- Exposição dos trabalhos do “Concurso Espantalhos na Cidade” – Esta exposição resulta de um desafio lançado aos munícipes e utentes das instituições que intervêm nas áreas da terceira idade e da deficiência. Num exercício de (re)construção das memórias de um quotidiano rural, pretendeu-se valorizar o testemunho vivo dos mais velhos, através do seu conhecimento e das suas experiências, transportando-as para os dias de hoje. Assim, estavam expostos 15 bonecos que irão colorir o Rossio.

De 19 a 23 de Março – das 10.30 às 13.00 horas e das 14.00 às 17.00 horas - Rossio

- “Desta vez o Caracol Ambrósio não vai poder deslocar-se até ao Rossio, porque está muito, muito ocupado. Apesar desta ausência de peso, a Fábrica Centro Ciência Viva estará presente com a demonstração de muitas das actividades que tem disponíveis neste momento. Se ainda não nos visitaste, aproveita para nos conheceres melhor no Rossio, durante a Semana Verde. Vais ver que depois não vais descansar enquanto não nos vieres fazer uma visita!” – foi o comunicado da Fábrica Ciência Viva de Aveiro

**De 19 a 23 de Março** - das 10.00 às 13.00 horas e das 15.00 às 17.00 horas - Rossio

- “Momentos de Leitura” sobre as temáticas: Dia Mundial da Floresta; Dia da Poesia; Dia Mundial da Água e Dia Mundial da Meteorologia.

**Dia 19 de Março** – das 15.00 às 17.00 horas - Urbanização de Santiago  
- “Cães, Gatos e Desacatos” – Sessão de esclarecimento sobre cuidados e hábitos de higiene com animais domésticos

**Dia 19 de Março - Divulgação do concurso “AVEIRO CIDADE JARDIM – Janelas e Varandas Floridas”, que irá decorrer de 10 de Maio a 10 de Julho. O objectivo principal desta iniciativa consiste em embelezar as janelas e varandas dentro do perímetro urbano, promovendo uma nova imagem da Cidade e sensibilizar os Cidadãos para outras formas de Sentir e Viver a Cidade, e dessa forma criar laços e comportamentos que perdurem no tempo. Consequentemente, pretende-se incentivar o gosto pelos espaços verdes da Cidade, tirando partido dos jardins de proximidade, públicos ou privados, proporcionando desse modo novas vivências e formas de estar, e promover o civismo e a consciência ambiental.**

Podem participar nesta actividade todos os moradores ou pessoas que possuam residência dentro do perímetro urbano, a título individual ou colectivo (condomínios), e todas as entidades públicas ou privadas que possuam ou ocupem imóveis na referida área. As inscrições decorrerão até ao dia 2 de Maio de 2007.

- Divulgação do Concurso Fotográfico “Aveiro Cidade Jardim” que irá decorrer entre 2 de Maio e 15 de Junho de 2007. O objectivo principal desta iniciativa consiste em sensibilizar os Cidadãos para outras formas de Sentir e Viver a Cidade, criando laços e comportamentos que perdurem no tempo. Consequentemente, pretende-se, incentivar a descoberta e o gosto pelos espaços verdes da Cidade, tirando partido dos jardins de proximidade, públicos ou privados, proporcionando desse modo novas vivências e formas de estar, promover o civismo, a consciência ambiental e o contacto com a natureza. Os trabalhos deverão ser enviados entre o dia 2 de Maio e o dia 15 de Junho de 2007.

- Divulgação do Projecto de Voluntariado “Oficinas Verdes” que irá iniciar-se em Abril de 2007. Trata-se de um projecto de voluntariado associado ao Parque Infante D. Pedro, que visa a participação individual e/ou colectiva dos munícipes,

devidamente articulados com os serviços da C.M.A através de formação e apoio logístico. Tem como objectivos: sensibilizar os munícipes para a importância dos espaços verdes existentes na cidade, e, em particular, para o Parque Infante D. Pedro; fomentar o gosto saudável pela natureza e pelos espaços verdes, promovendo a participação no embelezamento, melhoria e manutenção do Parque Infante D. Pedro; promover o enriquecimento das relações dos munícipes entre si e com a cidade; e desenvolver o sentido de responsabilidade individual e partilhada, pelo desenvolvimento de um sentimento de pertença mútuo em relação aos espaços verdes municipais.

- Este projecto irá decorrer no horário de funcionamento da Divisão de Parques, Jardins e Espaços Verdes (08.00 às 11.00 horas / 11.30 às 14.30 horas). As inscrições poderão ser feitas por telefone, fax, mail ou pessoalmente, para Câmara Municipal de Aveiro/Divisão de Ambiente, Cais da Fonte Nova - Tel. 234 406300 / Fax 234406304 / E-mail: geral@cm-aveiro.pt.

**Dia 19 a 22 de Março** – das 15.30 às 18.00 horas - Rossio

- Rastreio aos factores de risco das doenças cardiovasculares - Medição de tensão arterial, glicémia e colesterolemia (só quando indicado pelos técnicos que acompanharam o rastreio).

**Dia 20 de Março** - das 10.00 às 13.00 horas e das 14.00 às 17.00 horas - Rossio

- Rastreio à acuidade visual e rastreio à Osteoporose

**Dia 21 de Março** – das 09.00 às 12.30 horas e das 13.30 às 17.00 horas Local (manhã) Quinta de São Francisco/Eixo

- “RAIZ” (Instituto de Investigação da Floresta e Papel)

- Participação do Agrupamento de Escolas de eixo (II e Escolas 1º Ciclo) Local (tarde) Parque Infante D. Pedro

- Participação do Agrupamento de escolas de Aveiro e Esgueira (II e Escolas 1º Ciclo) - “Conhecer as Nossas Árvores” – Associação Florestal do Baixo Vouga;

- “Brincar e Aprender com a Floresta e Ambiente” – GNR – Equipa de Protecção da Natureza;

- “Sopas de Letras e Cruzadas na Floresta” – Protecção Civil e Gabinete Florestal;

- “Os Bombeiros e os Fogos

Florestais” – Corporação de Bombeiros Velhos de Aveiro;

- “Combate os Inimigos da Floresta!”;

- “As árvores são importantes Porque?!”.

**Dia 23 de Março** (Dia da Meteorologia) – das 10.00 às 13.00 horas e das 14.00 às 17.00 horas - Rossio

- Divulgação de dados de temperaturas, precipitações, velocidade e direcção do vento e pressão atmosférica, no Município de Aveiro.

**Dia 24 de Março** - das 10.00 às 13.00 horas e das 14.00 às 17.00 horas – Cais da Fonte Nova

- Canoagem (Sporting Clube de Aveiro); Street basket; Futebol; atelier de pintura facial; atelier Magia da Natureza; atelier de Carteiras ecológicas; atelier de música pela Oficina de Música de Aveiro (das 14.00 às 17.00 horas); pintura de Azulejos.

**Dia 24 de Março** – das 9.30 às 13.00 horas - Urbanização de Santiago

- Divulgação do I Concurso “Florir na Primavera”, que visa promover a participação e implicação dos moradores da Urbanização de Santiago na manutenção dos canteiros que se situam nas traseiras dos blocos, fundamentalmente, ao nível da sua organização e limpeza. Este concurso destina-se a todos os moradores e/ou administração de Condomínios residentes na urbanização de Santiago – blocos atribuídos em regime de arrendamento, e as inscrições decorrem até 31 de Março, no Gabinete de intervenção Local, Urb. Santiago ou na Divisão de Habitação Social, no C.C. Congressos de Aveiro.

- Recuperação de dois canteiros existentes na Urbanização, substituição de terra vegetal, preparação de terreno e plantação.

- Divulgação do I Concurso “Viver o Meu Quintal”. Este concurso visa promover a participação e implicação dos moradores das habitações unifamiliares na manutenção dos seus quintais, fundamentalmente, ao nível da sua organização e limpeza. Destina-se a todos os moradores residentes em habitações unifamiliares atribuídas em regime de arrendamento. O concurso irá decorrer até 30 de Junho de 2007 e as inscrições podem ser efectuadas 31 de Março na Divisão de Habitação Social, no C.C. Congressos de Aveiro.

- CMA



Notícias de Braga

## Comissão Política do PSD reúne com autarcas das freguesias de Tebosa, Aveleda, Guisande e Tadim

Teve lugar, na semana passada, a segunda reunião descentralizada da Comissão Política do PSD de Braga, realizada nas instalações da Junta de Freguesia de Tebosa e dirigida aos autarcas da coligação das Freguesias de Tebosa, Aveleda, Guisande e Tadim.

Na senda da iniciativa anterior, que teve lugar em Sequeira no final do mês de Fevereiro, o principal objectivo deste tipo de reuniões é o de acompanhar o trabalho desenvolvido em cada Freguesia e, conjuntamente, encontrar as adequadas estratégias para que a actividade do Partido e dos seus Autarcas na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal de Braga possam chegar ao conhecimento de toda a população do Concelho.

Desta feita, os representantes das Freguesias presentes denunciaram a inexistência de movimentos culturais e da aposta em valências sociais que ajudem os mais frágeis da sociedade, como os idosos e crianças, a ter uma melhor qualidade de vida.

Da Freguesia de Guisande ficou a preocupação sobre o futuro da Escola local, a denúncia sobre a total indisponibilidade de saneamento básico e a preocupação pela existência de caminhos vicinais em estado caótico, de que é exemplo a ligação à Freguesia de Escudeiros que,



sobretudo no Inverno, fica praticamente intransitável.

Em Tebosa, as principais preocupações centram-se nas condições de acolhimento do Rancho Folclórico da Freguesia, que não recebe qualquer apoio financeiro da Autarquia Local, e do destino a dar ao edifício da antiga Escola, recentemente doado pela Câmara Municipal. Neste caso, existe uma IPSS já constituída que solicitou a disponibilização do mesmo para a instalação de diversas valências sociais, mas que ainda não recebeu

qualquer resposta da Junta de Freguesia.

Na Aveleda e em Tadim, em sintonia com as Freguesias anteriores, os Autarcas lamentaram-se da total estagnação dos Executivos das Juntas, manifestamente resultante da falta de verbas da Câmara Municipal de Braga, que, nestes dois casos, apenas será parcialmente colmatada com o avanço dos projectos das novas Sedes das Juntas de Freguesia.

Em nome da CPS-PSD, Ricardo Rio sensibilizou os autarcas para o trabalho a desenvolver nos próximos dois anos, tendo em vista o combate eleitoral de 2009. Para esse intenso trabalho foram definidos Grupos de Freguesias caracterizados pela proximidade, cada um dos quais são coordenados por um elemento da Comissão Política.

Anunciou, também, que a Comissão Política vai reforçar as acções de formação para os autarcas, quer em áreas técnicas associadas à gestão autárquica, quer ao nível de informação útil para o exercício dos respectivos mandatos (como as técnicas de comunicação, as modalidades de financiamento público e comunitário, etc.), mobilizando os presentes a participar nas mesmas de forma a estarem melhor preparados, quer para o trabalho de oposição, quer no governo das

Juntas de Freguesias no futuro próximo.

Foi igualmente dada a conhecer aos presentes a Convenção Autárquica Concelhia que vai ser promovida no mês de Maio, pretendendo-se que a mesma constitua um ponto alto de mobilização de todos os eleitos do Partido, de aprendizagem sobre as melhores práticas de serviço à comunidade e um ponto de partida para a execução da estratégia eleitoral para 2009.

Da parte dos Autarcas presentes foi expressa a congratulação por a Comissão Política Nacional do PSD já ter definido que Ricardo Rio será o candidato do Partido à Câmara Municipal de Braga em 2009, realçando que esse é um acto de justiça para com o trabalho que está a ser desenvolvido, e uma decisão acertada quando se percebe que o “dinossauro” Bracarense está esgotado e que Braga merece mais e melhor.

Da parte dos presentes, foi especialmente enaltecida a atitude dos Vereadores do Partido na Câmara Municipal de Braga, pela sua postura construtiva e vigilante e pela apresentação de propostas concretas e objectivas em muitas reuniões do Executivo, que muito têm incomodado o poder instituído e que estão a lançar sementes de credibilidade para uma alternativa em 2009.

Neste particular, Ricardo Rio frisou que é crucial que a mesma postura se reproduza nas diferentes freguesias, através do acompanhamento constante do trabalho desenvolvido pelos Executivos locais, com apresentação de propostas concretas e fundamentadas que resultem em benefício da qualidade de vida das populações e com especial atenção para as entidades que se dedicam ao apoio social nas diferentes freguesias.

Com estas e com todas as outras colectividades locais, sugeriu, é importante manter um contacto regular, para se perceber quais os problemas com que se debatem e que projectos estão em carteira, comprometendo-se também a ajudar na resolução dos mesmos naquilo que envolva a Câmara Municipal. – CPS Braga/PSD



Notícias de Bragança

# PSD acusa ministro da Saúde de “cobardia” no encerramento de urgências

O deputado do PSD por Bragança, Adão Silva, acusou hoje o ministro da Saúde Correia de Campos de “cobardia e oportunismo” pela forma como oficializou o encerramento das urgências nos centros de saúde da região.

Para o parlamentar, que é também presidente da distrital de Bragança do PSD, o ministro “usou” um autarca social-democrata de forma “habilidosa, em vez de assumir publicamente aquilo que é o seu propósito”.

Em causa está o protocolo assinado entre a Administração Regional de Saúde (ARS) Norte e o presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Beraldino Pinto.

O protocolo garante a Macedo de Cavaleiros uma urgência básica, mas prevê também que, a partir de 25 de Abril, encerra em todos os centros de saúde do distrito de Bragança o Serviço de Atendimento Permanente (SAP), conhecido pelas populações como urgência.

A reacção do deputado social-democrata surge no dia em que a agência Lusa divulgou a confirmação do gabinete do ministro da Saúde de que o protocolo vai ser executado nas datas previstas.

O dirigente social-democrata entende que o autarca de Macedo de Cavaleiros, também do PSD, “não tem nenhuma autoridade para decidir sobre os SAP dos outros concelhos”, embora o defenda.

Para Adão Silva, o que o ministro Correia de Campos fez foi “tirar a castanha quente do lume com a mão do presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros”.

“Há um comportamento oportunista por parte do ministro da Saúde ou de cobardia, que é completamente inaceitável”, afirmou.

Adão Silva entende que o autarca transmontano apenas considerou “as cláusulas que são relevantes para Macedo de Cavaleiros” e que prevêem ainda que, a partir de Janeiro, fique sediado naquela cidade um helicóptero de socorro.

Garante, no entanto que “não é o facto de o protocolo ter sido assinado pelo autarca social-democrata que vai desmobilizar o PSD na luta contra o encerramento dos serviços”.

Adão Silva, que foi secretário de Estado da Saúde do Governo de Durão Barroso, considerou que a “população de Bragança vai perder uma situação de privilégio, por ser o único distrito do país que tem SAP em todos os centros de saúde”.

“As pessoas são agora esbulhadas do que é essencial para a sua sobrevivência, bem-estar e qualidade de vida”, afirmou.

O deputado social-democrata prometeu que o seu partido “vai lutar” contra esta medida do governo socialista, embora sem concretizar as formas de luta a adoptar.

## O Governo é responsável por Espanha arruinar o comércio fronteiriço

O PSD de Bragança responsabilizou hoje o Governo por as zonas fronteiriças estarem a ser “sugadas” por Espanha, devido à concorrência fiscal, que atrai as populações raianas ao país vizinho.



Segundo o presidente da distrital do partido, Adão Silva, a diferença de preços entre os dois países faz com que cada vez mais as populações junto da fronteira, como Bragança, optem por Espanha.

“As pessoas vão a Espanha encher o depósito (de gasolina), fazem compras e ainda conseguem comer praticamente de borla, com o que poupam na diferença de preços”, disse.

O dirigente social democrata falava numa conferência de imprensa em que fez o balanço de dois anos de governação socialista e atribuiu esta realidade fronteiriça ao “incumprimento de promessas eleitorais”.

Segundo disse, ao contrário do que prometeu em campanha, o Governo aumentou o IVA de 19 para 21 por cento, enquanto em Espanha a taxa máxima deste imposto é de 16 por cento.

“Está criado o maior fosso fiscal, em termos de IVA, no âmbito da União Europeia”, afirmou, acrescentando que “não há nenhuma fronteira onde a diferença seja tão grande como a de Portugal e Espanha”.

Para o presidente da distrital do PSD, esta realidade “está a arruinar o comércio local a empobrecer a região”.

O PSD concluiu que “as promessas feitas a Bragança estão por cumprir”, nomeadamente ao nível das acessibilidades”.

Os sociais democratas referem a “ausência de obras públicas na região, a retirada de serviços e o agravamento das assimetrias”.

Consideram ainda “escandalosa” a situação da população desempregada com curso superior que, segundo Adão Silva, “em dois anos mais do que duplicou, enquanto no país aumentou 15 por cento”.

O PSD pergunta ainda pelo Plano Regional de Emprego para o Distrito de Bragança, aprovado em Outubro de 2005, e pela prometida Agência Regional para o Desenvolvimento, anunciada como a solução para a fixação de empresas e criação de emprego.

– PSD/Bragança

Notícias de Lisboa

# Carmona Rodrigues apresenta em Junho, um estudo com alternativa à Ota



«Aspecto dos terrenos em que se vai (teimosamente!) implantar o novo aeroporto»

O presidente da Câmara de Lisboa, Carmona Rodrigues (PSD), vai apresentar em Junho um estudo alternativo ao projecto do aeroporto da Ota que permita manter a Portela a funcionar, disse à Lusa fonte municipal.

Segundo fonte do gabinete de Carmona Rodrigues, em Junho deverão ser conhecidas as conclusões de um estudo encomendado pelo autarca lisboeta em 2006.

Em Abril do ano passado, Carmona Rodrigues anunciou a criação de um grupo de trabalho destinado a elaborar um “documento credível que mostre as preocupações e as questões que não estão respondidas e apresente contributos para uma solução que seja benéfica para o país e para a região de Lisboa”.

Essa solução passaria pela manutenção da Portela e a construção de um novo aeroporto, adiantou na altura o autarca.

Carmona Rodrigues defendeu hoje, à margem da inauguração da zona Sul do Parque da Bela Vista, a necessidade de o aeroporto da Portela se manter em actividade.

“O Governo tem legitimidade para fazer um aeroporto onde quiser, o que não me parece aceitável é associar a isso o fecho da Portela”, argumentou.

O autarca sublinhou que, à semelhança do Presidente da República, Cavaco Silva, defende o “aprofundamento de estudos” sobre a localização do aeroporto na Ota, tal como defendeu quando foi ministro das Obras Públicas, no Governo liderado por Durão Barroso (PSD).

Carmona Rodrigues referiu que enquanto presidente da Câmara de Lisboa está sobretudo empenhado na

manutenção do aeroporto da Portela.

**Câmara dá prazo à Bragaparques, até dia 30, para abandonar Parque Mayer**

A Câmara de Lisboa, no dia 19, deu um prazo de dez úteis à empresa Bragaparques para abandonar os terrenos do Parque Mayer, onde ainda explora o parque de estacionamento, na sequência da permuta com os terrenos da Feira Popular.

Num ofício enviado na passada quinta-feira à Bragaparques, a vice-presidente em exercício da autarquia, Marina Ferreira, solicita à empresa que, “no prazo de dez dias úteis”, proceda ao “cumprimento e à regularização” da permuta de terrenos entre a Câmara de Lisboa e a Sociedade Parque Mayer.

Com a permuta, “os prédios urbanos, propriedade do Parque Mayer, foram transmitidos ao Município de Lisboa livres de quaisquer ónus ou encargos”, refere a carta.

O director-geral da Bragaparques, Hernâni Portovedo, confirmou à Lusa a recepção da carta, mas não divulgou se vai acatar o prazo estabelecido pela autarquia.

“A P. Mayer, SA confirma a recepção, esta semana, de uma carta da Câmara Municipal de Lisboa relativa ao Parque Mayer”, disse Hernâni Portovedo, adiantando que a missiva está a ser “analisada” pela empresa e será ainda esta semana objecto de uma resposta.

“Enquanto a resposta da P. Mayer, SA não for comunicada à Câmara Municipal de Lisboa, a empresa não divulgará qualquer

posição sobre o conteúdo da mesma”, acrescentou.

A Bragaparques mantém a gestão do parque de estacionamento no Parque Mayer, apesar de o terreno pertencer à Câmara de Lisboa desde 05 de Julho de 2005, dia em que foi assinada a escritura da permuta entre os terrenos do Parque Mayer, que pertenciam à Bragaparques, e parte dos terrenos municipais de Entrecampos, onde se situava a Feira Popular.

Esta situação tem gerado críticas dos moradores e comerciantes que ainda resistem no Parque Mayer, que defendem que o parque devia ser gerido pela autarquia e as verbas utilizadas na recuperação do recinto, cujos edifícios estão em elevado estado de degradação.

O parque de estacionamento que a Bragaparques explora no Parque Mayer deverá passar para a alçada da Empresa Pública Municipal de Estacionamento de Lisboa (EMEL), disse em declarações anteriores à Lusa uma fonte do gabinete de Marina Ferreira (PSD).

Numa declaração escrita enviada em Fevereiro, Rita Matias, advogada da Bragaparques, afirmou que “o parque de estacionamento será entregue quando a Câmara de Lisboa o achar conveniente”. – **Fonte: Lusa**

**No «Dia Mundial do Teatro», medalhas de Mérito Municipal para vultos do teatro português**

No âmbito das comemorações do Dia Mundial do Teatro – 27 de Março – a Câmara Municipal de Lisboa atribuiu, este ano, diversas medalhas municipais como forma de reconhecimento do talento e do trabalho criativo de um conjunto de artistas cuja carreira no teatro prestigia a cidade de Lisboa.

A primeira entrega de medalhas foi feita pelo presidente da Câmara de Lisboa, António Carmona Rodrigues, e pelo vereador da Cultura, José Amaral Lopes, no dia 25, no final do primeiro acto da Revista «Já viram isto?!» no Teatro Maria Vitória, no Parque Mayer. Foram distinguidos com a Medalha de Mérito Municipal, Graú Prata, Deolinda Rodrigues, Artur Garcia, Octávio de Matos e, a título póstumo, o empresário do Teatro ABC Sérgio de Azevedo.

Na ocasião, o presidente da CML disse estar “muito feliz com esta homenagem do Município a pessoas que tanto fazem não só pelo teatro mas pela vida da cidade de Lisboa”. Carmona Rodrigues lembrou que “não há um motor de desenvolvimento de uma cidade que não esteja baseado numa cultura” e deixou a promessa de “tudo fazer para que Lisboa tenha cada vez mais oferta cultural e para que a reabilitação do Parque Mayer seja uma realidade o mais breve possível”.

Ao vereador da Cultura coube “a grande honra” de homenagear Artur Garcia e Sérgio de Azevedo, através do filho. Amaral Lopes deixou um agradecimento emocionado aos actores “pelo talento que têm para provocar emoções” e confessou os desejos de que “os responsáveis pelas finanças fossem mais ao teatro, à música e à dança” e de que “o teatro me faça rir, chorar,... me faça falta como os que aqui hoje homenageamos”.

No dia 27, foram distinguidos com a Medalha de Mérito Municipal, Graú Ouro, Igrejas Caetano, Artur Ramos, Fernanda Borsatti e Ruy de Carvalho, uma dos grandes actores de sempre do teatro português e indiscutivelmente o seu maior expoente vivo. - **©CML**



Notícias de Setúbal

## Distrital do PSD alerta para a exclusão social na Costa da Caparica

Uma delegação da Distrital de Setúbal do PSD, encabeçada pelo seu Presidente, Bruno Vitorino, visitou terça-feira a Freguesia da Costa Caparica. Esta iniciativa teve como objectivo auscultar os problemas sociais que afectam esta localidade, assim como ver “in loco” as obras do Polis e as consequências da erosão costeira.

Acompanhada pelo Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, António Neves, e pelo Vereador António Salgueiro, a comitiva da Distrital do PSD visitou as obras do POLIS que estão a decorrer na Mata de Santo António.

Em seguida, os socialistas deslocaram-se até ao paredão que foi destruído pelo avanço do mar, junto às instalações do parque do Clube de Campismo de Lisboa, onde puderam constatar as consequências da erosão costeira e a inexistência de decisões atempadas por parte do Ministro do Ambiente para tentar evitar ou minimizar este problema.

Bruno Vitorino destaca que António Neves tem sido incansável na defesa da sua terra e da sua população, acrescentando que o PSD tem acompanhado com muita preocupação o evoluir desta situação.

O dirigente social-democrata considera que aquilo que está a acontecer na Costa da Caparica poderia ter sido evitado, caso o Governo tivesse tomado acções



concretas em tempo útil.

Posteriormente, a comitiva visitou o Centro Paroquial da Costa da Caparica que desempenha um trabalho bastante importante na luta contra a exclusão social nesta freguesia do concelho de Almada.

Segundo o responsável pela instituição, existe uma preocupação muito grande com a imigração,

devido ao facto de estas serem pessoas com uma fragilidade social muito grande. Para combater esta situação é necessário criar condições para que pessoas com uma maior situação de marginalidade se adaptem à sociedade em que vivem.

O Centro Paroquial, que brevemente vai passar a ser um Centro Comunitário, tem 60 funcionários e apoia cerca de 700 pessoas.

Na Freguesia da Costa da Caparica existe actualmente um número significativo de famílias desestruturadas em situação de carência social, jovens em situação de risco e pessoas isoladas, sem suporte social, principalmente idosos.

Para o responsável, a resposta a dar prende-se com a promoção do desenvolvimento dos indivíduos e famílias como um todo, fazendo-os mais participativos do seu processo de inclusão social.

Para que essa resposta seja mais eficaz, um dos objectivos é a construção de um centro de acolhimento temporário para pessoas que não têm suporte social.

Bruno Vitorino realça o importante trabalho desta instituição na ajuda que fornece aos mais carenciados, acrescentando que têm que existir políticas de continuidade e definições estratégicas por parte do Estado, pois não podem estar sempre a mudar.

O D.A.R. à Costa – Tr@nsformarte, foi outro dos projectos que o Presidente da Distrital do PSD teve oportunidade de conhecer.

Sedeado na Colectividade Grupo Amigos da Costa, o D.A.R. à Costa, que significa (Des)envolvimento, Aprendizagem, (Re)conhecimento, que com mais de 100 pessoas, entre jovens e familiares.

Este projecto, que funciona há dois meses, insere-se no Programa Escolhas, que tem como público-alvo crianças e jovens oriundos de contextos socio-económicos desfavorecidos e problemáticos, bem como as suas famílias.

O Presidente da Distrital do PSD diz que é necessário continuar a aprofundar estes projectos que promovam a inclusão social de crianças e jovens oriundos de contextos desfavorecidos, com o objectivo de permitirem uma melhor integração no meio em que vivem, pois só deste modo se cria uma sociedade justa e solidária. – PSD/ Setúbal



Notícias do Algarve

# Mendes Bota e (ainda) a proposta do uso da nova nomenclatura “Algarve” (que deve significar “região mártir”)

No passado dia 16 de Março, em Lisboa, o Ministro da Economia fez a apresentação pública de uma campanha promocional anunciada como um “projecto de Valorização do Algarve 2007 e a sua marca”.

De forma inesperada, o nome da Região foi objecto de um trocadilho, adoptando um anglicismo desajustado, desnecessário e descaracterizador da sua identidade.

As reacções não deixam dúvidas sobre a rejeição que a ideia suscitou na sociedade algarvia e não só, a qual tem manifestado um vivo repúdio por mais esta desconsideração do governo para com a região que, segundo a pomposa campanha apresentada pelo Ministro da Economia, deixará de ser conhecida internacionalmente por Algarve, para se passar a chamar “Allgarve”.

Os argumentos em sua defesa são patéticos. Não necessitamos do abcesso inglês “all”, para designar “todo o Algarve”. Há muitas décadas que a marca Algarve está consolidada no mercado, e proceder a esta alteração só poderá servir para confundir um nome que, a par do Vinho do Porto, é dos poucos de que Portugal se pode orgulhar à escala mundial.

Ao que se sabe, o governo colocou em cima da mesa três alternativas, qual delas a pior. “Algarvis”, “Algarve Affair”, e “Allgarve”, o nome de todas as polémicas.

Não estão em causa os eventos previstos, nem as acções promocionais em si, nem os meios financeiros colocados, sem favor algum, ao serviço da promoção do Algarve.

Está em causa, tão somente, o nome “ALLGARVE”. Trata-se de uma afronta ao bom e verdadeiro nome do Algarve, um golpe na coerência de uma marca consolidada internacionalmente há muitos anos, mais um estrangeirismo descaracterizador da nossa identidade cultural, e uma demonstração de falta de bom gosto e de bom senso.

É verdade que o Ministro da Economia, já tinha passado incólume em 2006, quando brincou com o nome de Portugal. Só que a campanha-relâmpago intitulada “Portugall Summer”, anunciada no final de Julho para derreter um milhão e meio de euros logo nas primeiras duas semanas de Agosto, esgotou-se em



meia dúzia de eventos cujo saldo variou entre o fiasco e uns quantos banquetes para auto-exibição de um vistoso naipe do chamado “jet-set” nacional.

Mas o Ministro da Economia não pensa, não tem tempo para pensar, desdobrado que anda a presidir a banquetes e a cortar fitas de Power Point.

Já não é mais possível calar o atropelo ao Algarve, região mártir da actuação deste governo. Verdadeiro celeiro fiscal do país, por via da sua indústria turística, vê minguidas as contrapartidas de investimento público central, abaixo de um patamar onde o miserabilismo se transforma em desprezável gorjeta.

Já não é só o trágico desfiar de um conjunto de promessas eleitorais até agora incumpridas na sua totalidade, pomposamente apresentadas aos eleitores algarvios em Fevereiro de 2005, sob o título de “Uma Nova Agenda Para o Algarve”, hoje transformada numa verdadeira Agenda Zero.

Desde logo, à cabeça, a Regionalização, cuja rápida implementação foi despachada para as calendas incertas de 2012, num exemplo de rapidez à escala jurássica.

A construção do Hospital Central do Algarve, era tão prioritária, que até hoje não passou do papel da “comissão de sábios”.

A criação de uma Faculdade de

Medicina, foi rapidamente esquecida, e até o Curso de Medicina continua a aguardar a luz verde de um ministro cinzento, que tem repetido a saciedade não querer nem mais faculdades nem mais cursos de Medicina em Portugal.

**O Algarve é a Região-mártir da Europa, às mãos de um governo insensível, arbitrário e autoritário.**

Os pólos tecnológicos não passaram do papel. O programa Polis não sofreu impulso novo nenhum. O avanço das soluções ferroviárias ligeiras de carácter suburbano e regional continua fora dos carris. A navegabilidade dos rios Guadiana e Arade atolou-se na lama. A garantia absoluta de não introduzir portagens na Via do Infante deixou de garantir o que quer que seja.

E a construção da Barragem de Odelouca até agora não arrancou, e será financiada por um empréstimo bancário, o que significa repercutir o serviço da dívida no preço da água, ou seja, sai dos dois bolsos do povo algarvio, à direita, para os impostos, e à esquerda, para a factura da água.

O Algarve é a Região-mártir da Europa, às mãos de um governo insensível, arbitrário e autoritário.

Apanhada no golpe estatístico do alargamento da União Europeia, a Região do Algarve é a única das 13 regiões europeias em situação de saída do Objectivo I que leva pancada às três tabelas.

De um dia para o outro, o Algarve vai perder, nos próximos sete anos, 55% dos fundos europeus, na comparação com o que recebeu nos últimos sete anos, ou seja, vai perder em cada dia, incluindo sábados, domingos e feriados, durante 2.555 dias, um investimento global de, pelo menos, cerca de meio milhão de euros.

A nova Lei das Finanças Locais coloca as autarquias do Algarve, na primeira linha dos principais perdedores de transferências de fundos do orçamento de Estado.

O PIDDAC para o corrente ano de 2007, representa apenas 31% do que foi há seis anos atrás.

Este é o Governo do Fecha. O Governo já fechou, ou prepara-se para fechar no Algarve, Serviços de Saúde

de Urgência e Extensões de Saúde, postos da GNR, Escolas Primárias, delegações de apoio à Pesca e à Agricultura, até o Consulado de Portugal em Sevilha, apesar de este ser lucrativo para o Estado! Aqui, de facto, há que reconhecê-lo, HÁ OBRA!

Mas as malfetorias deste governo, e deste Ministro da Economia, não se ficaram por aqui.

À revelia de todos os responsáveis políticos e representantes das forças vivas do Algarve, no secretismo dos gabinetes, ignorando as denúncias e protestos, o Governo entregou por 55 anos a pesquisa e a exploração de petróleo e gás natural frente à Costa Vicentina, e prepara-se para fazer o mesmo relativamente à frente de mar da Ria Formosa, de Faro a Vila Real de Santo António, colocando assim toda a Região do Algarve em risco de desastre ambiental, e sem quaisquer benefícios para os algarvios.

Estranha-se esta contradição de um Governo, que tem alguma obra no avanço para as energias alternativas e renováveis, esteja, ao mesmo tempo, a amarrar o país por mais de meio século, a um ciclo do petróleo de que os países mais desenvolvidos do planeta se querem libertar o mais rapidamente possível.

Porquê esta tentação serôdia de ingressar no clube dos países

produtores de petróleo?

Para quê aumentar exponencialmente o risco ambiental de todo o litoral da costa alentejana e algarvia, e dos eco-sistemas existentes, todas as praias que são o principal activo da indústria turística actual e futura?

Porque não se esclarece o povo português que, a haver petróleo, como tudo indica que há, isso não significa nem gasóleo, nem gasolina mais barata, nem preços preferenciais, pois por lei e por contrato, o petróleo pertence às empresas concessionárias, que o venderão a quem quiserem, aos preços de mercado?

Porque não houve, nem há, o cuidado de, pelo menos, introduzir nos contratos de concessão, uma cláusula de flexibilidade, ou de salvaguarda, que permita ao governo português, daqui a cinco ou dez anos, qualquer que seja o governo, impedir a passagem da fase da prospecção, para a fase da exploração, se razões ambientais ou de política energética na altura desaconselharem a extracção do petróleo?

É necessário dizer aos portugueses que as contrapartidas miseráveis a receber pela extracção de petróleo oscilam entre os 10 e os 25 centimos por barril, para os Blocos 13 e 14 frente à Ria Formosa. E que cada barril contém 159 litros. Ou seja, o Estado português receberá a ridícula

quantia de 0,6 centimos por litro de petróleo, por exemplo, no caso do Bloco 13.

É um grande, grande negócio, e está-se a ver quem esfregará as mãos de contentamento.

E, refira-se, que o IRC aplicável, só o será, se a sede do consórcio concessionário estiver em Portugal.

O Estado receberá pela assinatura dos contratos dos Blocos 13 e 14, a modesta quantia de € 80.000,00, e uma Renda de Superfície que ronda os € 95.000,00 por ano. Ou seja, praticamente, nada!

Há que dizer que, no seu limite mais próximo da costa, existirá sempre a possibilidade, de ver instaladas plataformas de exploração de petróleo a 8,5 Kms de Faro, por exemplo, o que as torna visíveis a partir da cidade e das praias, como é óbvio.

É espantoso que o governo não tenha exigido a realização de Estudos de Impacto Ambiental prévios.

Estas actividades são uma ameaça para o Turismo, a Pesca e o bem estar das populações do Alentejo e do Algarve. Perante a demissão de responsabilidades de um Ministério, onde a palavra Ambiente é alcunha, o governo ameaça não parar por aqui. Proclama às sete partidas do mundo dos magnatas do petróleo, que tem mais mar para alugar.

A actuação negativa do Ministro da Economia, e o seu impacto não conhece limites nem fronteiras. Revela-se na China como em Fornos de Algodres de Cima. Coloca em causa a imagem e o bom nome de Portugal, como de uma qualquer sua região, como foi agora o caso do Algarve.

O rei Midas da mitologia grega, ficou célebre por transformar em ouro tudo aquilo em que tocava. O Ministro da Economia, é a encarnação do anti-Midas. Transforma numa imensa trapalhada tudo aquilo em que toca.

Os resultados da actuação do seu Ministério apresentam um saldo desolador. A economia está estagnada, cada vez mais divergente com a Europa, o investimento desce, o desemprego galopa. Os resultados do controle do défice orçamental fizeram-se à custa de uma suspensão brutal das obras públicas, do aumento dos impostos, e de uma verdadeira ditadura fiscal sobre os contribuintes e as pequenas e médias empresas.

É verdade que as exportações subiram, mas as importações cresceram ainda mais, e o défice da balança comercial é um desastre. A manutenção deste Ministro no passado governamental é um verdadeiro mistério. Ao mantê-lo em funções, o senhor Primeiro-Ministro presta um péssimo serviço ao País. – PSD/Algarve

## Notícias do Porto

# Visita dos deputados eleitos pelo PSD/ Porto ao Concelho de Amarante

O Grupo de Deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto realizou, no princípio do mês, a sua visita mensal ao Distrito, desta feita ao Concelho de Amarante.

Sendo um dos Concelhos mais interiores do Distrito do Porto, Amarante tem sofrido, nos últimos anos, uma quebra de competitividade acentuada, assistindo à migração da sua própria população para as regiões do Litoral. Por esta razão é absolutamente fundamental que se valorize os recursos locais e se criem as infra estruturas necessárias à Mobilidade da população no interior do Concelho, sendo estas as questões que mais preocuparam os Parlamentares do PSD.

O Ambiente e as Acessibilidades estiveram, assim, em foco, ao longo de uma visita a pé pela cidade organizada e acompanhada pelos membros da CPS local.

poluição do Rio Tâmega, onde são actualmente lançados hidrocarbonetos sem tratamento e

outros efluentes domésticos e industriais, foi considerada por todos um crime de saúde pública e um atentado ambiental inadmissível, que arruína um recurso ecológico inestimável para o desenvolvimento turístico e económico da região. De forma semelhante, é incompreensível o abandono a que está votado o Parque Florestal da cidade, um símbolo de Amarante que, perante a inacção do Governo, se transformou num local de crime e marginalidade.

No capítulo das Acessibilidades é de salientar o facto de que a única ligação rápida de que dispõe a população de Amarante é com a cidade do Porto, enquanto que as vias de ligação ao Douro e às regiões a Norte, essenciais para o desenvolvimento sustentado do Concelho, estão há muito prometidas mas continuam por concretizar. A construção de uma nova Variante entre Amarante e Vila Meã, os dois pólos do Concelho, assim como o prolongamento da Via do Tâmega até

Mondim de Basto e Arco de Baúlhe foram consideradas como intervenções prioritárias.

A visita terminou com as reuniões da CPD Permanente e Alargada, contando a última com uma palestra do Presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), Dr. Armindo Monteiro, sobre a importância do apoio às Pequenas e Médias Empresas, perante a estratégia do Governo de privilegiar essencialmente os grandes projectos em detrimento daqueles que são a base da nossa economia e os grandes criadores de postos de trabalho..

## Notícias do Porto

De acordo com Agostinho Branquinho, o PSD/Porto vai relançar o debate sobre regionalização

O PSD/Porto vai relançar a discussão sobre a regionalização, revelou o presidente da maior distrital social-democrata, Agostinho

Branquinho, para quem a forma como o país está organizado “não é a que melhor serve os portugueses”.

“Todos sentimos a falta de um escalão intermédio de decisão, superior aos municípios e abaixo do governo central”, afirmou Branquinho, que falava à informação, à margem de uma reunião da Comissão Política Distrital destinada a analisar o primeiro ano de mandato e a perspectivar o próximo ano de actividades.

Para o líder do PSD/Porto, “começa a ser largamente consensual entre a sociedade portuguesa que a maneira como o país está organizado não é a que melhor serve os portugueses”.

“Hoje assistimos a uma forte centralização do processo de tomada de decisões, existindo uma necessidade imperiosa de voltar a discutir como podemos organizar o país”, defendeu.

Agostinho Branquinho frisou, no entanto, que a discussão sobre este

tema deve ser feita “de forma serena, consensual e pedagógica, de modo a que o objectivo seja criar um escalão de decisão que esteja mais próximo das pessoas”.

Não se podem impor soluções à partida, tem que se provocar uma discussão séria deste assunto, que ultrapasse as barreiras dos partidos”, adiantou, propondo que “os actores sociais, económicos, culturais” sejam envolvidos neste debate em que o PSD/Porto “está fortemente empenhado”.

Agostinho Branquinho admitiu que o debate conduzirá inevitavelmente à realização de um novo referendo, mas frisou que é preciso, primeiro, debater bem o assunto.

“O caminho não é referendar já o que quer que seja, o caminho é abrir a discussão, procurar que ela alcance um largo consenso na sociedade e, depois disso, avançar para um referendo”, afirmou.

## Notícias de Sintra

# Baile das Camélias

## – uma tradição com 66 anos



Sintra vestiu-se a rigor para receber o tradicional Baile das Camélias, na Sociedade União Sintrense, no dia 24 Março, a partir das 22H00. Uma festa que se realiza há já 66 anos!

Regra de ouro do Baile das Camélias é o traje a rigor, já que se trata de um baile de gala, e todos os sintrenses são convidados a participar na festa, que também dá as boas-vindas à Primavera.

A tradição da noite das Camélias remonta a 19 de Março de 1941, quando um grupo de sintrenses decidiu organizar esta festa. Na época havia uma grande rivalidade entre os jardineiros das quintas e a noite das Camélias foi a forma encontrada para serem exibidas as flores mais bonitas. Por isso, e após esta festa, decorria o baile dos jardineiros.

Nessa noite eram exibidas autênticas obras de arte afixadas nas paredes, em redes, sobre o palco. No meio do salão era criado um centro com mais de três metros de diâmetro com milhares de camélias.

A noite das Camélias era considerada a festa rainha do concelho de Sintra e as pessoas mandavam fazer vestidos, compravam sapatos e arranjavam o cabelo. Era o ponto alto do ano e durante meses apenas se preparava o Baile das Camélias.

Esta antiga tradição, recuperada pela autarquia e por ela patrocinada, vai recuperar nos anos vindouros o seu prestígio e “glamour”, sijamente mercedos. - CMS

Para o segundo ano de mandato, o PSD/Porto elegeu também como prioridade o acompanhamento da aplicação do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

“A maneira como vamos aplicar estes fundos é importante, mas o que verificamos é uma total opacidade do governo na forma de gestão do QREN”, salientou Agostinho Branquinho, exigindo “transparência” nesta questão.

O apoio às pequenas e médias empresas como forma de combater o desemprego na região do Porto e a definição dos investimentos no Metro do Porto são outras questões que a distrital social-democrata vai acompanhar com especial atenção.

“É inconcebível que o Governo tenha parado os investimentos há 18 meses no Metro do Porto e diga que não há mais investimentos até final de 2009”, criticou Branquinho, que também questionou o executivo sobre

o atraso na aprovação da concessão da Circular Regional Externa do Porto (CREP).

Por outro lado, num balanço dos primeiros 12 meses do mandato à frente da distrital do PSD/Porto, Branquinho destacou a institucionalização da prestação de

contas dos eleitos, o aumento do número de mulheres na vida política e a denúncia dos erros da governação socialista.

“Temos vindo a fazer a denúncia das promessas não cumpridas do PS, temos sido uma voz activa nesse sentido”, frisou. - Fonte: CPD/Porto

## Notícias dos Açores

# Continuam em risco as lagoas das Furnas e Sete Cidades



O PSD/Açores denunciou hoje que as medidas essenciais de combate à eutrofização das lagoas das Furnas e Sete Cidades, na ilha de São Miguel, ainda estão por implementar por parte do governo regional.

“O que é essencial e combate verdadeiramente a causa desse movimento eutrófico acelerado das lagoas ainda está por fazer”, afirmou José Manuel Bolieiro, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, no final de uma reunião dos deputados social-democratas eleitos por São Miguel com Veríssimo Borges, dirigente regional da associação ambientalista Quercus.

Segundo o deputado do PSD/Açores, questões como o ordenamento das bacias hidrográficas das lagoas das Furnas e Sete Cidades, com apoios aos lavradores em caso de perda de rendimento no caso da aposta em florestação, e medidas agro-ambientais continuam por aplicar.

Para José Manuel Bolieiro, a eutrofização das lagoas não se resolve só com “tratamento paliativo, como estava a ser feito, no caso da lagoa das Furnas, com arejamento e exportação das águas do fundo”. Mas mesmo estas medidas, denunciou o deputado social-democrata “já pararam há muito tempo, no caso do arejamento, e no Verão passado o mesmo se passou com a exportação das águas de fundo”.

No final do encontro o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores desafiou ainda o governo regional a revelar publicamente se atingiu as metas a que propôs aquando da elaboração do Plano Regional da Água.

“O plano está pronto desde 2001, foi aprovado em 2003 e como não

conhecemos a sua concretização desafiamos a secretária regional do Ambiente para que, no mais curto prazo de tempo, possa apresentar ao parlamento e aos açorianos um balanço da sua aplicação”, afirmou o deputado social-democrata.

Deputados do PSD em jornadas parlamentares sobre a Administração Pública

A situação da Administração Pública Regional esteve em debate numas jornadas parlamentares que juntaram, quinta e sexta-feira passadas, na ilha Terceira, os deputados do PSD no parlamento açoriano.

Segundo fonte partidária, as jornadas parlamentares iniciam-se com um “workshop” sobre a isenção, credibilidade e motivação no sector, ao que se segue uma intervenção do líder do PSD/Açores, Costa Neves, sobre o “crescimento e a partidarização da super-estrutura da Administração Pública Regional”.

No primeiro dia dos trabalhos do parlamentares sociais-democratas participam ainda, dirigentes dos sindicatos dos Quadros Técnicos do Estado, dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e dos Trabalhadores da Administração Pública (SINTAP).

Na sexta-feira, vão ser apresentadas várias “situações demonstrativas da necessidade de entendimento entre os vários poderes públicos” na ilha Terceira, adiantou a mesma fonte.

As jornadas parlamentares do PSD/Açores terminam com reuniões com as câmaras municipais de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. - Gab. Imp. PSD/A



## CALDAS DA RAINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da Secção das Caldas da Rainha, para o dia 6 de Maio de 2007, pelas 17h00, a realizar na sede da Secção das Caldas da Rainha, sita na Praça 5 de Outubro n.º 18, r/c Dto., com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Discussão e aprovação do relatório de contas .

Ponto dois: Outros assuntos de interesse.

Ponto três: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: Os Ponto um e dois realizar-se-ão entre as 17h00 e as 18h00.

Para o ponto três Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção as urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao da eleição da eleição na sede do PSD.

## CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para uma reunião, a realizar no próximo dia 16 de Abril de 2007, pelas 20h30, na sede concelhia em Castelo Branco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

## ESPINHO (distrital de Aveiro)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia de Secção do PSD de Espinho para reunir no dia 04 de Maio de 2007 (Sexta-feira), pelas 18h45m, na Sede Concelhia de Espinho, sita na Rua 14, n.º 638 – 1.º - Sala A, em Espinho, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

PONTO ÚNICO - Eleição dos Órgãos Concelhios do PSD de Espinho:

- . Mesa da Assembleia de Secção e
- . Comissão Política de Secção.

Nota:

1ª) As listas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital de Aveiro, ou a quem o substitua, na Sede Distrital de Aveiro, até às 24 horas do dia 01 de Maio de 2007.

2ª) As urnas estarão abertas entre as 19h00m e as 23h00m.

## FIGUEIRA DA FOZ

Alberto Pedro Caetano, Presidente da Mesa do Plenário da Secção da Figueira da Foz, convoca, ao abrigo dos Estatutos do que estipula o artigo 51.º dos Estatutos, todos os militantes para uma reunião que terá lugar na sede do Partido, sita na rua da Liberdade, n.º 6, na cidade da Figueira da Foz, pelas 20h30, de sexta-feira, dia 20 de Abril de 2007, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise da situação política.

Se à hora marcada não estiver presente número legal de militantes para se iniciar a Assembleia, esta iniciar-se-á meia hora depois, com qualquer número.

## TERRAS DE BOURO

Manuel Antunes da Lomba, Presidente da Mesa de Assembleia de Secção de Terras de Bouro do Partido Social-Democrata (PPD/PSD), convoca os militantes do PSD de Terras de Bouro para reunir no próximo dia 27 de Abril de 2007, pelas 21h00, na respectiva sede concelhia, em Terras de Bouro

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As urnas estarão abertas das 21:00h às 23h00.

As listas candidatas deverão ser enviadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral, para a Secção do PSD de Terras de Bouro, apartado 32, 4840-100 Terras de Bouro.

Em qualquer acto eleitoral, apenas constam do respectivo caderno eleitoral os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição.

## VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, venho convocar os militantes de secção de Vila Nova de Gaia, do Partido Social Democrata, a reunirem a Assembleia de Plenário, no dia 23 de Abril de 2007, pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323 – Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise e discussão da situação política.



## PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário de Secção da JSD de Paços de Ferreira para o dia 29 de Março de 2007, pelas 21h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, sita na Av. dos Templários, na cidade de Paços de Ferreira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1: Análise do XIX Congresso Nacional da JSD;

Ponto 2: Análise da situação política.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

Joaquim Pinto

## ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da Secção de Ílhavo, Distrito de Aveiro, para reunir no dia 4 de Maio do corrente ano, Sábado, pelas 21h30, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição dos Órgãos concelhios.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h30 e as 23h00.

O Presidente da Mesa do Plenário da JSD Ílhavo

(Nuno José Domingues Torres)

## NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário do Núcleo Ocidental da JSD do Porto, para uma reunião dia 5 de Abril de 2007, pelas 21h30 horas, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Política.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(Filipe Araújo)

## TÁBUA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Tábua para reunir no próximo dia 28 de

Abril de 2007, pelas 17 horas, na Sede do PSD de Tábua, sita na Rua José S. Gonçalves, em Tábua, com a seguinte ordem de trabalhos;

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção da JSD de Tábua.

Nota:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital da PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao início dos trabalhos;

b) As urnas estarão abertas entre as 17h30 e as 19 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD de Coimbra

(Ricardo Miguel Freire Lopes)



## Setúbal

Nos termos dos Estatutos dos TSD, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na **SECÇÃO DE SETÚBAL DO PSD**, sita na R. Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq., em **Setúbal**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;

2. Discussão e Aprovação da Moção de Estratégia Política e Sindical.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

Aureliano Moreira Guedes